

## Gás consome 22% do orçamento de serviços básicos dos mais pobres

Os gastos com gás de cozinha vendido em botijões de 13 kg comprometem 22% do orçamento doméstico destinado a serviços públicos das famílias mais pobres do Brasil, o que inclui energia elétrica, água, esgoto, telefone e impostos. Para os mais ricos, a parcela é de 13%.

É o que diz o estudo realizado pela consultoria Kantar em 4.915 domicílios, em 2021, quando ainda não era possível sentir os efeitos do mega-aumento promovido pela Petrobras nos combustíveis. Segundo o levantamento, a elevação do preço do gás é especialmente crítica entre as classes mais baixas.

O estudo da Kantar mostra ainda que, entre 2020 e 2021, a parcela do orçamento gasta com gás de cozinha aumentou 25% para as famílias de classes D e E. Nas classes A e B, o mesmo gasto teve alta de 16%.

Para os mais pobres, o

custeio do gás é o segundo maior gasto em serviços, empatado com água e esgotos e atrás apenas da energia elétrica, que, em 2021, correspondeu a 51% do orçamento de serviços nessas classes.

O estudo também mostra que, quando se consideram todas as classes sociais, o gás ocupa o terceiro lugar no orçamento dos serviços básicos das famílias, perdendo para água e luz. No entanto, entre 2020 e 2021, todas as classes viram crescer a parcela de custeio com o insumo.

Embora o aumento seja generalizado, os impactos do preço são sentidos de forma diferente entre as famílias, principalmente nas periferias, onde estão os lares de menor renda. Com dificuldade para comprar alimentos, usar gás de botijão no cozimento torna-se, muitas vezes, inviável.

Esse é o caso da cuidadora de idosos Fernanda Pinheiro, 34 anos, que hoje cozinha para sua família com alimen-

tos que recebe de doações, queimando madeiras que encontra na rua em um fogão a lenha improvisado. Moradora do bairro Parque Santo Antônio, na zona sul de São Paulo, ela conta que, há mais ou menos um ano e meio, a maioria de suas vizinhas também não consegue comprar gás.

Antes disso, Fernanda nunca havia precisado usar lenha para cozinhar - no máximo, para esquentar a água do banho na sua infância, prática que a família depois para trás após perderem parte da casa em um incêndio causado por falhas na rede elétrica.

Desde 2021, porém, a prática voltou. Às vezes, ela utiliza uma panela elétrica que recebeu como doação, mas nem sempre isso é possível. "Eu vou preparar a comida no fogão a lenha, porque o dinheiro do gás vai sobrar para comprar alguma outra coisa, um pacote de fralda ou de absorvente", diz.

Isabela Lobato/Folhapress



### Economia



**Concurso do Censo tem 621,2 mil candidatos aptos para provas no domingo, diz IBGE** *Página - 03*

### Política

**Eduardo Bolsonaro ironiza tortura sofrida pela jornalista Míriam Leitão** *Página - 04*

**Kassab busca 'plano D' para disputar a Presidência, e PT vai procurar PSD** *Página - 04*

**Petrobras encerra março com nível de utilização das refinarias em 91%** *Página - 03*



**Marketplace dos profissionais de tecnologia, BossaBox capta US\$ 1,5 mi** *Pág - 05*

**Para obter resultados consistentes, startups devem pensar em gestão** *Pág - 05*





## No Mundo

### Lockdown em Xangai separa crianças de pais e põe militares para testar



O combate ao surto de Covid-19 na China tem provocado cenas inusitadas e revolta de parte da população em Xangai, maior cidade do país, com regras estritas para controlar a disseminação do vírus.

O governo central em Pequim tem pedido que as administrações locais de grandes centros econômicos evitem o lockdown completo para diminuir os impactos na economia, o que foi feito ao longo das últimas semanas em Xangai. Com o avanço do vírus, porém, quase todos os moradores já estão isolados.

A medida mais polêmica adotada pelo governo até

aqui tem sido separar crianças infectadas de suas famílias e levá-las para centros de quarentena.

Na China, qualquer pessoa que contrai Covid, mesmo que esteja assintomática ou tenha sintomas leves, precisa ficar isolada dos não-infectados. Autoridades de Xangai afirmaram nesta segunda-feira (4) que a medida também se aplica aos menores de idade, inclusive os bebês.

“Se a criança tem menos de sete anos, receberá tratamento em um centro público de saúde”, disse Wu Qianyu, diretora do serviço de saúde municipal. Crianças maiores e adolescentes vão para um local separado, disse. Se um

dos pais está infectado, a família pode se isolar junta em um centro de quarentena específico, onde vai receber tratamento, afirmou Wu.

Nas redes sociais, famílias têm expressado indignação com a medida. “Os pais agora precisam ‘cumprir condições’ [se infectar] para acompanhar os filhos? É um absurdo, é um direito fundamental”, escreveu um morador da cidade na rede social Weibo. Uma série de vídeos, cuja autenticidade não pode ser verificada, circulam na internet mostrando crianças pequenas e bebês sem acompanhantes em centros de saúde.

Folhapress

### Ataques no sul da Ucrânia deixam 8 mortos, diz Kiev

Oito pessoas morreram e 34 ficaram feridas em bombardeios russos em duas cidades do sul da Ucrânia no domingo (3), afirmou, nesta segunda-feira (4), a Procuradoria ucraniana.

Sete das vítimas morreram em Otchakiv, em um ataque que deixou também 20 feridos. Em Mikolaiv, outra pessoa morreu, em outro ataque que feriu ainda 14 pessoas, inclusive crianças, diz o governo ucraniano.

As duas cidades ficam no sul da Ucrânia, às margens do mar Negro, e os ataques de domingo fazem parte da atual

estratégia russa de concentrar esforços na região. A ideia é isolar a Ucrânia do mar e estabelecer um corredor entre as províncias separatistas de Luhansk e Donetsk e a região separatista da Transnístria, na Moldávia, que abriga tropas russas.

Nas últimas semanas, Mikolaiv, que tinha 475 mil habitantes antes da guerra, passou a ser fortemente atacada pelas forças russas. A cidade fica próxima ao importante porto de Odessa, que também foi alvo de mísseis no último fim de semana.

Folhapress



### Boric chega à Argentina, quebra protocolo e pede diálogo sobre conflito no sul



Rompendo o protocolo, o presidente chileno, Gabriel Boric, chegou caminhando, não de carro, nesta segunda (4), pela praça San Martín, no centro de Buenos Aires, onde está a sede da chancelaria argentina, para realizar uma homenagem ao general José de San Martín, herói da independência argentina.

Acompanhado do chanceler argentino, Santiago Cafiero, o líder chileno abriu a programação da visita de Estado de dois dias que realiza no país, em sua primeira viagem internacional após assumir o cargo.

Temas de disputa entre as duas partes destoaram do ar de intimidade que o presi-

dente argentino, Alberto Fernández, e Boric expressaram pouco depois, já durante o encontro bilateral, realizado na Casa Rosada.

Em entrevista coletiva, ambos foram questionados sobre o conflito na região sul do Chile, conhecida como Araucania pelos indígenas mapuche, que reivindicam a soberania do território —alguns dos grupos mapuche recorrem a meios violentos e a atentados, o que gera tensão constante na região.

No Chile, a população mapuche é de 1,8 milhão de pessoas. Na Argentina, cerca de 500 mil. A fronteira entre os dois países não é reconhecida pelos indígenas, que a veem como algo artificial e

imposto pelo que classificam de “invasores”, que estariam ocupando suas terras de modo indevido.

Em sua resposta, Fernández foi cauteloso, pedindo diálogo, ao mesmo tempo em que nos últimos dias foi pressionado por parlamentares da oposição a rejeitar a demanda chilena para chamar a região, que inclui parte do território argentino, de Wallmapu, como os mapuches e a gestão Boric se referem a ela.

Após a resposta branda do peronista, Boric afirmou que o caso “é um conflito antigo” e que os governantes atuais têm de atuar para resolvê-lo.

Sylvia Colombo/Folhapress

Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200  
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000  
Tel.: 11 3361-8833  
E-mail: comercial@datamercantil.com.br  
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo  
Comercial: Tiago Albuquerque

Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agrícolas.

Rodagem: Diária

Fazemos parte da





## Concurso do Censo tem 621,2 mil candidatos aptos para provas no domingo, diz IBGE



O concurso que prevê preencher quase 206,9 mil vagas de trabalho temporário operações do Censo Demográfico 2022 terá a aplicação das provas no domingo (10).

De acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), que é responsável pelo Censo, 621,2 mil candidatos tiveram as inscrições confirmadas e poderão fazer os exames no final de semana.

Até janeiro, o processo seletivo havia recebido 1,1 milhão de inscrições. Contudo, o número de participantes que seguem na disputa baixou para 621,2 mil na sequência, após o período de pagamento de taxa ou solicitação de isenção.

O IBGE oferece 183 mil vagas para recenseador,

18,4 mil para ACS (agente censitário supervisor) e 5,5 mil para ACM (agente censitário municipal).

Dos 621,2 mil inscritos que estão aptos para as provas, 349,4 mil são candidatos a recenseador. A disputa pelos postos de ACM e ACS soma 271,8 mil inscrições válidas.

A concorrência varia de acordo com o número de vagas disponíveis e a quantidade de candidatos em cada local do processo seletivo.

No domingo, as provas para recenseador serão aplicadas a partir das 9h (horário de Brasília). Os candidatos farão testes objetivos com 50 questões.

Já os candidatos a ACM e ACS farão os exames no período da tarde. As provas serão aplicadas a partir das 14h30 (horário de Brasília), com 60 questões.

Os recenseadores atuam diretamente na coleta das informações do Censo, entrevistando os moradores nos domicílios no país.

O ACM, por sua vez, gerencia o trabalho dos postos de coleta do IBGE. Já o ACS, subordinado ao ACM, tem como principal função orientar os recenseadores nas atividades de campo.

O IBGE prevê iniciar a coleta dos dados do Censo no dia 1º de agosto.

O instituto afirma que o cartão de confirmação da inscrição, com o local de prova dos candidatos, estará disponível para consulta ainda nesta segunda-feira (4), no site da FGV (Fundação Getúlio Vargas), a organizadora da seleção.

Leonardo Vieceli/Folhapress

## Petrobras encerra março com nível de utilização das refinarias em 91%

A Petrobras informou que alcançou 91% de fator de utilização total do parque de refino na última semana de março de 2022. A média do fator de utilização considerando todo o mês foi de 89%. As informações são da Agência Brasil.

Segundo a companhia, em 2021, o nível médio de utilização das refinarias da Petrobras foi de 83%, maior índice dos últimos 5 anos.

“O fator de utilização total do refino considera o volume de carga de petróleo efetivamente processado e a carga de referência das refinarias, ou seja, a capacidade máxima de operar, respeitando os limites de projeto dos equipamentos, os requisitos de segurança, de meio ambiente e de qualidade dos derivados produzidos, além da racionalidade econômica das decisões de produção, com foco em geração de valor”, informou a empresa.

“A definição do nível de utilização é uma decisão técnica e econômica, que leva em conta a demanda dos clientes da Petrobras, as alternativas globais de suprimento e preços de petróleo e derivados, diferentes configurações e limites de operação e a necessidade de paradas de manutenção das unidades de refino, entre outros fatores. A Petrobras está produzindo o máximo possível dentro de condições seguras, sustentáveis e econômicas”, disse, em nota, o diretor de Refino e Gás Natural da Petrobras, Rodrigo Costa.

A Petrobras informou ainda que irá realizar investimentos de US\$ 6,1 bilhões em refino nos próximos cinco anos, para expandir a capacidade de refino, a geração de produtos de maior qualidade e posicionar suas refinarias entre as melhores do mundo em eficiência e desempenho operacional.

Folhapress



## Guedes prevê transferência de propriedades da União para os mais pobres



O ministro da economia Paulo Guedes afirmou que o governo deve anunciar ao longo de 2022, ano eleitoral, novas transferências de propriedades da União para os mais pobres em todas as regiões do país.

O anúncio ocorreu em meio à assinatura de um acordo de cooperação técnica com a Prefeitura do Rio de Janeiro, para regularização fundiária de duas comunidades do Complexo da Maré (Parque União e Rubens Vaz) e doação de área da União para famílias vulneráveis na favela Parque da Alegria, na região portuária.

Segundo o governo federal, mais de 12 mil famílias de baixa renda de-

verão ser beneficiadas com a regularização fundiária e com o direito à moradia.

“Por que ficar apenas na transferência de renda? Por que não reduzir mais aceleradamente os graus de desigualdade no país transferindo propriedade muitas vezes maltratada e com deficiência de gestão? Por que não transferir para os mais frágeis?”, disse Guedes na cerimônia, que ocorreu no Cristo Redentor.

Também estiveram presentes no evento o presidente Jair Bolsonaro (PL), o prefeito Eduardo Paes (PSD) e o governador Cláudio Castro (PL), além de outros ministros e deputados.

Houve ainda uma missa e a celebração de um pro-

coloco de intenções e um Acordo de Convivência entre a Mitra Arquiepiscopal do Rio de Janeiro e o ICMBio.

De acordo com o governo, o protocolo envolve interesse mútuo no ordenamento público do parque, na preservação da biodiversidade da Unidade de Conservação e na mitigação dos impactos ambientais, além da manutenção e acessibilidade ao Morro do Corcovado e ao Santuário Cristo Redentor.

Em sua fala, Bolsonaro fez um aceno a grupos religiosos, dizendo que o país é de Deus e que seu governo “acredita em Deus, defende a família e deve lealdade a seu povo”.

Folhapress





## Política

### Eduardo Bolsonaro ironiza tortura sofrida pela jornalista Míriam Leitão



O deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP) ironizou a tortura sofrida pela jornalista Míriam Leitão, do jornal O Globo, durante a ditadura militar.

No Twitter, o parlamentar compartilhou uma imagem da última coluna dela no veículo e escreveu “ainda com pena da [emoji de cobra]”.

Míriam foi presa e torturada enquanto estava grávida por agentes do governo durante a ditadura militar no Brasil (1964-1985). Em uma das sessões de tortura, ela foi deixada nua numa sala escura com uma cobra.

O deboche do deputado se originou após a jornalista compartilhar seu texto no jornal. Junto com o artigo, Míriam escreveu “qual é o erro da terceira via? É tratar Lula e Bolsonaro como iguais.

Bolsonaro é inimigo confesso da democracia. Coluna de domingo”.

O parlamentar é filho do presidente Jair Bolsonaro (PL). O mandatário, desde a época em que era deputado federal, costuma defender a ditadura e já prestou homenagens a Carlos Brilhante Ustra, que chegou a ser condenado na Justiça brasileira em uma ação sobre sequestro e tortura durante o regime militar.

A jornalista é alvo recorrente de bolsonaristas. No começo deste ano, em entrevista à rádio Jovem Pan, o presidente afirmou que a jornalista deveria trabalhar melhor. Ele ainda disse que se ela fosse boa teria sido lembrada para trabalhar no governo.

Também no mês de janeiro, o deputado federal Carlos Jordy (PL-RJ) escreveu no Twitter que “a ‘democrata’

Míriam Leitão defende que o Presidente Bolsonaro seja banido das redes sociais. O que esperar de uma pessoa que militou no partido comunista?”.

As ofensas recebidas por mulheres jornalistas no Twitter são mais que o dobro das destinadas aos profissionais homens.

A conclusão faz parte de um estudo de 200 perfis de jornalistas brasileiros na rede social que busca compreender os padrões de ataques a eles em ambientes digitais, com foco em questões de gênero e raça.

O trabalho foi feito pela Revista AzMina e pelo InternetLab, junto com Volt Data Lab, INCT.DD, Instituto Vero e DFR Lab, com apoio do ICFJ (International Center for Journalists).

Folhapress

### Fundão de R\$ 5 bi aumenta gargalo para fiscalização de contas pela Justiça Eleitoral

A Justiça Eleitoral terá o desafio de fiscalizar o uso de R\$ 5 bilhões de verba pública destinada à campanha de 2022 com estrutura similar à de quatro anos atrás, quando o fundo eleitoral era de R\$ 1,7 bilhão.

A análise da prestação de contas dos partidos e candidatos é um gargalo histórico tanto de tribunais regionais eleitorais quanto do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), que às vezes leva mais de cinco anos para finalizar um procedimento desta natureza.

Agora, como o dinheiro envolvido nas campanhas eleitorais é ainda maior, há o temor de que esse cenário piore.

As cortes têm obrigação de apreciar as contas dos políticos eleitos antes da posse no mandato. Para as demais

campanhas, no entanto, geralmente não se dá prioridade.

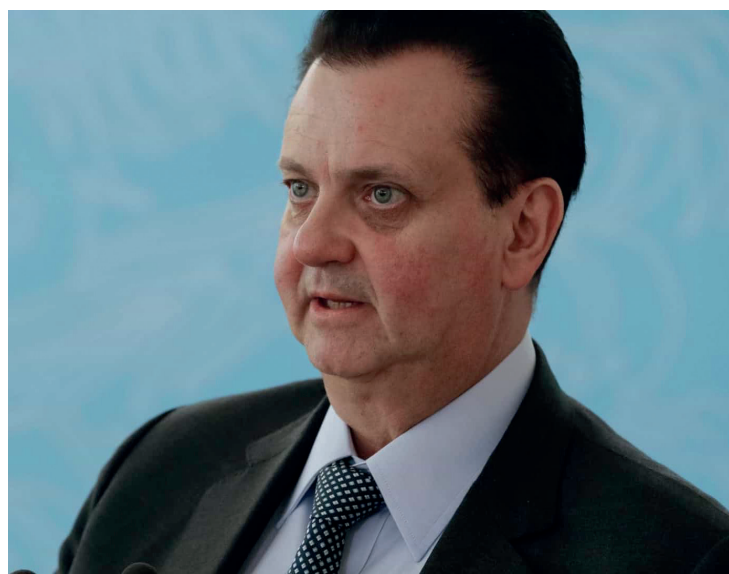
A prestação de contas das eleições de 2014 dos candidatos a presidente Marina Silva (Rede) e Aécio Neves (PSDB), por exemplo, só foram aprovadas em 2019, quando o mandato de Dilma Rousseff (PT), que venceu aquele pleito, já havia terminado. Nos tribunais estaduais, a morosidade para a análise é similar.

Além da demora, a Justiça Eleitoral também é alvo de críticas históricas sobre a falta de rigor na verificação que é feita nas contas. O TSE aprovou, por exemplo, diversas contas partidárias e de candidatos em que mais tarde foram identificadas, principalmente pela operação Lava Jato, diversas irregularidades, como casos de caixa dois.

Matheus Teixeira/Folhapress



### Kassab busca ‘plano D’ para disputar a Presidência, e PT vai procurar PSD



Com o fim da janela que permitiu aos deputados trocarem livremente de partido, o PSD de Gilberto Kassab e o PT de Luiz Inácio Lula da Silva chegam a uma fase de definições rumo às eleições de outubro.

De um lado, Kassab assegura que segue disposto a ter uma candidatura própria à Presidência da República. De outro, o PT vai atrás do dirigente em busca de apoio, embora alguns petistas estejam céticos sobre uma aliança no primeiro turno.

Para eles, o mais certo por ora é o apoio do PSD a Lula somente em um eventual segundo turno.

“Vou procurá-lo após a janela partidária [que se encerrou na última sexta-feira].

Entendo as dificuldades do PSD no primeiro turno e vamos respeitar os encaminhamentos do partido”, disse a presidente do PT, Gleisi Hoffmann (PR).

No encontro, a dirigente pretende tratar do apoio no primeiro turno, embora internamente líderes petistas reconheçam ser difícil isso se consolidar.

“Os partidos têm legitimidade e dever de procurarem se fortalecer, se não, por que existiriam? Admiro a disposição de Kassab de organizar e fortalecer um partido. É o que faço como presidenta do PT”, diz Gleisi.

Kassab tem dito em conversas reservadas nos últimos dias que ter uma candidatura própria é uma diretriz do partido. Com o fim da janela

partidária, a solução terá de ser caseira, isto é, por alguém que já esteja no PSD.

Um nome citado como opção para a candidatura presidencial é o do próprio Kassab.

O presidente do PSD já teve ao menos duas investidas nacionais fracassadas após naufragar o desejo de filiar o ex-governador Geraldo Alckmin para a disputa ao governo de São Paulo — o ex-tucano se filiou ao PSB e deve ser o vice na chapa de Lula.

A primeira delas, a intenção de lançar o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), ao Palácio do Planalto, falhou depois que o senador recuou da ideia.

Júlia Chaib/Folhapress





## Marketplace dos profissionais de tecnologia, BossaBox capta US\$ 1,5 mi



**F**undada em 2017, a BossaBox conecta profissionais de tecnologia autônomos a empresas que desejam acelerar o desenvolvimento de produtos.

A BossaBox, empresa que conecta profissionais de tecnologia a grandes companhias e startups, anunciou nesta segunda-feira, 4, o investimento de US\$ 1,5 milhão. A rodada, que foi uma extensão do aporte de R\$ 8 milhões recebido pela startup em 2020, foi liderada pela Astella Investimentos e Redpoint Ventures.

Criada em 2017 com um investimento próprio de R\$ 4 mil dos fundadores, a BossaBox nasceu como uma “software house”, oferecendo produtos digitais para empre-

sas que gostariam de se inserir no ambiente online.

O período sob esse modelo de negócios serviu para facilitar o diagnóstico do que de fato era demandado pelo mercado, explica André Abreu, CEO da BossaBox. “Criar novas tecnologias, que de maneira mais barata e acessível possam endereçar problemas que já não são tão novos, é algo que sempre chamou muito a minha atenção e parecia funcionar melhor ainda”.

Hoje, a BossaBox se propõe a ser um grande marketplace para profissionais de tecnologia. Isso significa que o que a startup faz, na prática, é conectar profissionais de tecnologia e de produtos, como gerentes, líderes de tecnologia e pessoas desen-

volvedoras — ou seja, todas as pessoas necessárias para montar um time multidisciplinar — a empresas, para trabalhar sob demanda. “São os prolanders, os freelancers profissionais com muita experiência de mercado”, diz. A rede da BossaBox conta atualmente com 25 mil profissionais.

Segundo Abreu, fazer parte da rede da BossaBox é também uma chance para que esses desenvolvedores possam criar expertises em outras áreas e projetos. “Muitas vezes o freelancer busca novos projetos, pois está engessado na empresa em que trabalha. Com essa flexibilidade, ele desenvolve novas habilidades e pode controlar sua agenda”.

Exame

## Para obter resultados consistentes, startups devem pensar em gestão

**A**lém da busca pelas tecnologias transformadoras, sugere-se adotar a boa e velha gestão.

Muitos empreendedores têm o entendimento de que para inovar, bastaria ter conhecimentos técnicos e ampla capacidade analítica para a obtenção de bons resultados. É importante considerar que alguns fundadores destas empresas tem um perfil extremamente técnico, com boa formação em escolas do mundo da computação e engenharia.

Ao viajar para países como Estados Unidos, Canadá e Israel, percebe-se que mesmo com uma formação técnica, muitos jovens empreendedores adquirem uma capacidade para analisar as suas competências pessoais, entendendo quais pontos fortes são favoráveis no seu

desenvolvimento individual, bem como uma série de elementos importantes interpretados como frágeis.

Além disso, estas mesmas pessoas compreendem a importância das boas técnicas de gestão, passando por modelos para um planejamento estratégico, gestão de projetos, equipes e a busca por resultados consistentes financeiros.

Analisando dados de pesquisas do Núcleo de Inovação e Empreendedorismo da Fundação Dom Cabral (FDC) e considerando a convivência diária com startups importantes no nosso cenário econômico, alguns pontos de atenção merecem destaque.

Nossos empreendedores são excelentes programadores e entusiastas por uma agenda pela mudança econômica e não existe dúvida sobre este importante papel



## Chiefs.Group transforma tempo de executivos em NFT



**A** Chiefs.Group está transformando seus executivos e executivas em NFT. Não, você não vai comprar uma fotinha autografada do Andreas Blazoudakis ou do Anderson Diehl. Mas poderá ter nomes relevantes do mercado te apoiando em algum projeto de sua startup com pagamento em participação acionária ou mesmo em dinheiro ou tokens.

Essa é a proposta da carteira digital baseada em blockchain que a Chiefs.Group acaba de colocar no ar. A plataforma é uma evolução do modelo original da companhia, que nasceu com a proposta de oferecer a contratação de executivos como serviço, ou Chief as a Service (CaaS), como batizou sua idealizadora, Cristiane Mendes, cofundadora do (finado)

Delivery Center e da Visor (comprada pela Accera).

“O conceito de gestão de carreira sempre fez parte dos objetivos. Mas qual seria o sentido de lançar tudo isso no formato tradicional, da Web2? O conceito de open talent economy [no qual a Chiefs baseia sua atuação] se aplica muito bem no blockchain”, avalia Cristiane. O projeto foi construído em cima da rede Polygon em conjunto com a OnePercent, especializada em projetos em blockchain. “Tivemos uma conexão forte com a Chiefs porque temos esse caminho aqui na própria OnePercent”, diz Fausto Vanin, cofundador da companhia.

O executivo ou a executiva que faz parte da Chiefs coloca na plataforma o volume de tempo que quer dedicar às startups. As NFTs equiva-

lentes são então emitidas e armazenadas na carteira dele ou dela como Chiefs Token.

Quando a startup que for trabalhar com essa pessoa definir como quer remunerar a prestação do serviço (dinheiro, equity ou tokens) a equivalência e a troca são feitas. Com o recurso dos contratos inteligentes, a ideia é que a própria plataforma gerencia e execute os termos acordados, explica Fausto Vanin.

De acordo com Cristiane, as emissões feitas na plataforma têm validade jurídica garantida porque estão sob o guarda-chuva do contrato que as startups assinam com o Chiefs.Group. Por enquanto, o que vai para a blockchain é um espelho do que está nesse contrato. Mas o plano é que, no futuro, tudo seja feito de forma digital desde o início.

BizNews





## Tecnologia

### TSE lança conteúdos especiais para combater fake news no Kwai



O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) anunciou nesta segunda-feira (4) a criação de uma página especial no Kwai, que terá o objetivo de combater as fake news sobre as eleições 2022 na rede social. A novidade faz parte das ações do “Mês do Combate à Desinformação”.

Primeira iniciativa realizada a partir do acordo firmado entre o órgão e o app de vídeos curtos para manter a integridade do processo eleitoral no Brasil, a página vai divulgar conteúdos com informações relacionadas às eleições de outubro. Neles, os usuários da plataforma poderão desmistificar vários assuntos sobre o pleito.

As postagens vão abordar

temas como supostas fraudes na urna eletrônica e detalhar o funcionamento dos votos em branco e nulos, por exemplo. A remuneração para a atuação dos mesários e o acesso à documentação eleitoral são alguns dos outros aspectos tratados, conforme o Tribunal.

Inaugurado oficialmente no início de fevereiro, o perfil do TSE no Kwai já conta com mais de 300 mil usuários. Na mesma época, o órgão confirmou a renovação de parcerias semelhantes que possui com outras redes sociais, entre as quais o Twitter, Facebook, Instagram e TikTok.

Reforçando a campanha de combate à desinformação eleitoral, o TSE também vai demonstrar, em seus vídeos

no Kwai, o que é fato e o que é fake em relação às eleições e à Justiça Eleitoral. As publicações serão feitas em conjunto com parceiros de notícias da plataforma, trazendo informações úteis para quem vai votar.

Outro destaque é a possibilidade de interagir com a conta oficial para tirar dúvidas e sugerir dicas que auxiliem na busca por informações corretas das eleições. Basta utilizar a hashtag #FatoOuBoato no app de vídeos.

Haverá ainda a divulgação de dicas para aprender a identificar notícias falsas e a disponibilização de ferramentas que encaminham às páginas com fontes confiáveis sobre os temas.

André Luiz Dias Gonçalves/TecMundo

### Twitch remove Boost Train após usuários promoverem pornografia

A Twitch decidiu encerrar o recurso Boost Train, que estava em fase de testes desde outubro de 2021. A ferramenta permitia que a comunidade de um streamer pagasse para levar o canal à página inicial da plataforma, mas a função estava sendo utilizada para promover pornografia dentro da plataforma.

No início de março deste ano, a Twitch oficializou o Boost Train, que permitia contribuir para impulsionar o canal ao comprar bits e inscrições. No fim do mês, alguns usuários começaram a notar que o recurso estava sendo utilizado para levar streams de pornografia para a primeira página, com o selo

“Promovido pela comunidade do Streamer”.

O recurso passou por algumas mudanças até chegar ao modelo atual. Ele foi inserido originalmente em setembro de 2020 e podia ser ativado com pontos gratuitos do canal. “Essa recompensa promove a sua transmissão em áreas de alta visibilidade da Twitch. A promoção pode ajudar mais espectadores a descobrirem você, sua comunidade e seu conteúdo”, explica a plataforma.

Em setembro de 2021, a Twitch anunciou a inserção de boosts pagos, que funcionariam da mesma maneira, mas sem limitações referentes aos Pontos do Canal.

Iraci Falavina/TecMundo



### Bug no Facebook aumentou a exibição de notícias falsas



O feed de notícias do Facebook, que é uma das principais fontes de postagens dos usuários na rede social, teve um bug detectado em março de 2022 que aumentou a visibilidade de notícias falsas na plataforma.

Segundo o site The Verge, o problema foi inicialmente notado por engenheiros da empresa em outubro de 2021. No período, uma “onda de desinformação” foi sentida pela companhia, com publicações que normalmente teriam a visibilidade reduzida pela imprecisão nos fatos recebendo o tratamento contrário — ou seja, mais chances de aparecerem no feed de outras pessoas.

Como resultado do problema e da demora no conserto do algoritmo, a circulação de notícias falsas na plataforma teria subido até 30% globalmente.

O que aconteceu?

Segundo uma investigação interna e detalhada em um relatório obtido pela reportagem original, a equipe demorou para encontrar a raiz do problema e efetivamente arrumar a falha no filtro contra desinformação.

Desse modo, os sistemas da plataforma amplificaram publicações que receberam correções oficiais de agências de checagem parceiras, além de conteúdos com nudez, violência e conteúdos manipulados por agências estatais da

Rússia.

O que diz a Meta:

A Meta, dona do Facebook, comentou em nota assinada pelo porta-voz Joe Osborne que as inconsistências foram encontradas em cinco ocasiões separadas, gerando “aumentos temporários em métricas internas”. A plataforma, entretanto, ainda conseguia apagar publicações denunciadas e que de fato feriam as políticas da rede.

A companhia afirma que o problema técnico era ainda mais antigo do que se imaginava, tendo sido registrado pela primeira vez em 2019, mas agora já sanado e sem provocar impactos significativos ou de longo prazo.

Nilton Kleina/TecMundo





### Acqio Holding Participações S.A.

CNPJ/MF nº 31.446.280/0001-90

#### Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

Ativo	Controladora		Consolidado	
	Notas	2021	2020	2020
<b>Circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	3	29	15	15.368
Transações a receber dos emissores	5	-	-	165.791
Contas a receber				3.109
Estoques	6	-	-	4.614
Tributos a recuperar	7	94	92	8.262
Outros créditos		160	334	3.512
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>283</b>	<b>441</b>	<b>200.656</b>	<b>174.406</b>
<b>Não circulante</b>				
Realizável a longo prazo				
Títulos e valores mobiliários	4	5.178	-	61.943
Partes relacionadas	11	4.519	7.199	11.791
Transações a receber dos emissores	5	-	-	350
Outros créditos		108	-	1.317
Investimentos		8.520	25.962	-
Imobilizado		189	58	10.533
Intangível	9	-	-	24.838
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>61.994</b>	<b>33.219</b>	<b>110.772</b>	<b>114.355</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>62.277</b>	<b>33.660</b>	<b>311.428</b>	<b>288.761</b>

Passivo	Controladora		Consolidado	
	Notas	2021	2020	2020
<b>Circulante</b>				
Fornecedores	10	21	331	4.806
Contas a pagar a estabelecimentos comerciais	12	-	-	54.820
Empréstimos	13	-	-	5.321
Debêntures	14	12.637	-	12.637
Obrigações trabalhistas		20	23	3.088
Tributos a recolher	15	66	97	1.347
Outras obrigações		-	-	118
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>12.744</b>	<b>451</b>	<b>82.137</b>	<b>71.582</b>
<b>Não circulante</b>				
Empréstimos	13	-	-	8.780
Debêntures	14	38.588	-	38.588
Provisão para perdas com investimentos	8	-	-	355
Tributos a recolher	15	-	-	467
Partes relacionadas	11	1.736	900	779
Obrigações com cotistas seniores	16	-	-	171.393
Provisão para contingências	17	-	-	75
Outras obrigações		-	-	119
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>40.324</b>	<b>1.255</b>	<b>220.082</b>	<b>185.225</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>18</b>			
Capital social		104.566	104.558	104.566
Transações de capital entre sócios		(27.600)	(27.592)	(27.600)
Prejuízos acumulados		(67.757)	(45.012)	(67.757)
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>9.209</b>	<b>31.954</b>	<b>9.209</b>	<b>31.954</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>	<b>62.277</b>	<b>33.660</b>	<b>311.428</b>	<b>288.761</b>

#### Demonstrações dos Resultados – Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto o prejuízo por ação, expresso em reais)

	Controladora		Consolidado	
	Notas	2021	2020	2020
Receitas	19	-	-	117.950
Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas	20	-	-	(60.885)
<b>Lucro bruto</b>				<b>57.065</b>
Despesas operacionais				
Vendas	20	(81)	-	(28.613)
Gerais e administrativas	20	(3.091)	(2.669)	(37.704)
Resultado da equivalência patrimonial	8	(14.852)	(9.320)	-
Outras receitas (despesas), líquidas	20	(44)	(159)	1.616
<b>Total</b>		<b>(18.068)</b>	<b>(12.148)</b>	<b>(64.701)</b>
<b>Prejuízo operacional antes do resultado financeiro</b>		<b>(18.068)</b>	<b>(12.148)</b>	<b>(7.636)</b>
Resultado financeiro	21	-	-	(8.797)
Receitas financeiras		503	1.173	1.812
Despesas financeiras		(5.180)	(99)	(16.708)
<b>Total</b>		<b>(4.677)</b>	<b>1.074</b>	<b>(14.896)</b>
<b>Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>(22.745)</b>	<b>(11.074)</b>	<b>(22.532)</b>
Imposto de renda e contribuição social		-	-	(213)
<b>Total</b>		<b>(22.745)</b>	<b>(11.074)</b>	<b>(22.745)</b>
<b>Prejuízo do exercício</b>		<b>(22.745)</b>	<b>(11.074)</b>	<b>(22.745)</b>
Quantidade de ações		18	2.414.905	2.414.905
Prejuízo por ação – básico		(9,23)	(4,59)	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

#### Demonstrações dos Resultados Abrangentes – Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	Notas	2021	2020	2020
Prejuízo do exercício		(22.745)	(11.074)	(22.745)
Resultados abrangentes		-	-	-
<b>Total dos resultados abrangentes</b>		<b>(22.745)</b>	<b>(11.074)</b>	<b>(22.745)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

#### Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	Notas	2021	2020	2020
Atividades operacionais				
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(22.745)	(11.074)	(22.532)
Ajustes para reconciliar o prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social:				
Depreciação e amortização	20	7	13	4.933
Juros e variações monetárias, líquidas		2.869	(1.173)	4.348
Baixa de ativo imobilizado		-	-	1.716
Apropriação do deságio na emissão de debêntures	14	1.303	-	1.303
Apropriação dos custos de transação na emissão de debêntures	14	281	-	281
Constituição de provisão para contingências	17	-	-	75
Provisão para perdas ao valor recuperável	20	-	-	4.944
Ajuste a valor presente do contas a receber de clientes		-	-	40
Provisão para perdas nos estoques	6	-	-	427
Resultado da equivalência patrimonial	8	14.852	9.320	-
<b>Total</b>		<b>(3.433)</b>	<b>(2.914)</b>	<b>(6.221)</b>
<b>Atividade de investimento:</b>				
Transações a receber dos emissores		-	-	(34.166)
Estoque		-	-	(3.553)
Tributos a recuperar	(2)	(25)	(3.843)	(2.617)
Partes relacionadas	2.981	33.484	1.019	(1.924)
Outros créditos	66	11	(612)	(1.208)
<b>Total</b>		<b>2.981</b>	<b>33.484</b>	<b>1.019</b>
<b>Atividade de financiamento:</b>				
Caixa a pagar a estabelecimentos comerciais		-	-	(593)
Fornecedores	(310)	322	(941)	(4.896)
Obrigações com cotistas sênior		-	-	727
Obrigações trabalhistas	(3)	(229)	510	(913)
Partes relacionadas	836	890	(297)	-
Tributos a recolher	(31)	(350)	(282)	1.027
Outras obrigações		-	-	(393)
<b>Total</b>		<b>104</b>	<b>31.189</b>	<b>(48.691)</b>
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>104</b>	<b>31.189</b>	<b>(48.691)</b>
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(213)
Juros pagos sobre empréstimos e debêntures	13 e 14	(2.717)	-	(3.720)
<b>Total</b>		<b>(2.613)</b>	<b>31.189</b>	<b>(52.624)</b>
<b>Atividades de investimento:</b>				
Aumento de capital em controlada	8	(41.172)	(19.929)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital em controlada	8	(73)	(11.285)	-
Títulos e valores mobiliários		(4.977)	-	17.591
Aquisição de imobilizado		(138)	-	(9.038)
Aquisição de intangível	9	-	-	(8.888)
<b>Total</b>		<b>(46.360)</b>	<b>(31.214)</b>	<b>(336)</b>
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>		<b>(46.360)</b>	<b>(31.214)</b>	<b>(336)</b>
<b>Atividades de financiamento:</b>				
Captação de debêntures	14	50.000	-	50.000
Custos de transação na captação de debêntures	14	(1.013)	-	(1.013)
Captação de empréstimos	13	-	-	19.135
Pagamento de principal de empréstimos	13	-	-	(5.520)
Captação de empréstimos com partes relacionadas		-	-	987
<b>Total</b>		<b>48.987</b>	<b>-</b>	<b>43.467</b>
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento</b>		<b>48.987</b>	<b>-</b>	<b>43.467</b>
<b>Acrescimento (decréscimo) do caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>14</b>	<b>(25)</b>	<b>(9.493)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		15	40	24.861
No fim do exercício		29	15	15.368
<b>Total</b>		<b>29</b>	<b>15</b>	<b>15.368</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

	Controladora		Consolidado	
	Notas	2021	2020	2020
Atividades operacionais				
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(22.745)	(11.074)	(22.532)
Ajustes para reconciliar o prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social:				
Depreciação e amortização	20	7	13	4.933
Juros e variações monetárias, líquidas		2.869	(1.173)	4.348
Baixa de ativo imobilizado		-	-	1.716
Apropriação do deságio na emissão de debêntures	14	1.303	-	1.303
Apropriação dos custos de transação na emissão de debêntures	14	281	-	281
Constituição de provisão para contingências	17	-	-	75
Provisão para perdas ao valor recuperável	20	-	-	4.944
Ajuste a valor presente do contas a receber de clientes		-	-	40
Provisão para perdas nos estoques	6	-	-	427
Resultado da equivalência patrimonial	8	14.852	9.320	-
<b>Total</b>		<b>(3.433)</b>	<b>(2.914)</b>	<b>(6.221)</b>
<b>Atividade de investimento:</b>				
Transações a receber dos emissores		-	-	(34.166)
Estoque		-	-	(3.553)
Tributos a recuperar	(2)	(25)	(3.843)	(2.617)
Partes relacionadas	2.981	33.484	1.019	(1.924)
Outros créditos	66	11	(612)	(1.208)
<b>Total</b>		<b>2.981</b>	<b>33.484</b>	<b>1.019</b>
<b>Atividade de financiamento:</b>				
Caixa a pagar a estabelecimentos comerciais		-	-	(593)
Fornecedores	(310)	322	(941)	(4.896)
Obrigações com cotistas sênior		-	-	727
Obrigações trabalhistas	(3)	(229)	510	(913)
Partes relacionadas	836	890	(297)	-
Tributos a recolher	(31)	(350)	(282)	1.027
Outras obrigações		-	-	(393)
<b>Total</b>		<b>104</b>	<b>31.189</b>	<b>(48.691)</b>
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>104</b>	<b>31.189</b>	<b>(48.691)</b>
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(213)
Juros pagos sobre empréstimos e debêntures	13 e 14	(2.717)	-	(3.720)
<b>Total</b>		<b>(2.613)</b>	<b>31.189</b>	<b>(52.624)</b>
<b>Atividades de investimento:</b>				
Aumento de capital em controlada	8	(41.172)	(19.929)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital em controlada	8	(73)	(11.285)	-
Títulos e valores mobiliários		(4.977)	-	17.591
Aquisição de imobilizado		(138)	-	(9.038)
Aquisição de intangível	9	-	-	(8.888)
<b>Total</b>		<b>(46.360)</b>	<b>(31.214)</b>	<b>(336)</b>
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>		<b>(46.360)</b>	<b>(31.214)</b>	<b>(336)</b>
<b>Atividades de financiamento:</b>				
Captação de debêntures	14	50.000	-	50.000
Custos de transação na captação de debêntures	14	(1.013)	-	(1.013)
Captação de empréstimos	13	-	-	19.135
Pagamento de principal de empréstimos	13	-	-	(5.520)
Captação de empréstimos com partes relacionadas		-	-	987
<b>Total</b>		<b>48.987</b>	<b>-</b>	<b>43.467</b>
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento</b>		<b>48.987</b>	<b>-</b>	<b>43.467</b>
<b>Acrescimento (decréscimo) do caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>14</b>	<b>(25)</b>	<b>(9.493)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		15	40	24.861
No fim do exercício		29	15	15.368
<b>Total</b>		<b>29</b>	<b>15</b>	<b>15.368</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

de receita. **Receita de aquisição (captura de transações):** A receita de serviços é reconhecida com base no controle mensal dos serviços prestados aos respectivos estabelecimentos comerciais. A receita é medida com base no *Total Payment Value* (TPV) por estabelecimento comercial. As receitas decorrentes da captura das transações com cartões de crédito e de débito são reconhecidas ao resultado no momento da aprovação da compra pela instituição financeira. A receita decorrente de serviços de gestão de operações de cartões de crédito e débito e de contas de pagamentos, bem como outros serviços prestados a parceiros e estabelecimentos comerciais, é apropriada no resultado quando da efetiva prestação de serviços. **Receita de antecipação:** A receita de antecipação é reconhecida com base no controle mensal das antecipações executadas aos respectivos estabelecimentos comerciais. A receita é auferida conforme taxa de deságio negociada e aplicada junto aos estabelecimentos comerciais. A receita é decorrente da solicitação dos estabelecimentos comerciais de antecipação de pagamento do seu saldo a receber junto a companhia de acordo com as transações capturadas que, por sua vez, possuem prazos prefixados. **Receita de aluguel de ponto de venda – POS:** A Companhia como arrendadora não transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. As receitas decorrentes de aluguel de POS são contabilizadas pelo método linear ao longo dos prazos do aluguel e são incluídas na Receita de serviços na demonstração do resultado devido à sua natureza operacional, líquidas de quaisquer incentivos dados ao arrendatário. Os custos diretos iniciais incorridos na negociação e obtenção de um arrendamento operacional são adicionados ao valor contábil do ativo arrendado e reconhecidos ao longo do prazo do arrendamento na mesma base da receita do aluguel. A receita de aluguel de POS é reconhecida no período em que é auferida. A Companhia tem contratos de aluguel mensais canceláveis relacionados a equipamentos de captura de

continua ...

#### Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

	Controladora e consolidado						
	Nota	Capital social			Prejuízos acumulados	Total	
		Subscrito	A integralizar	Total			
Saldos em 31 de dezembro de 2019		104.566	(8)	104.558	(27.592)	(33.938)	43.028
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(11.074)	(11.074)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>		<b>104.566</b>	<b>(8)</b>	<b>104.558</b>	<b>(27.592)</b>	<b>(45.012)</b>	<b>31.954</b>
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(22.745)	(22.745)
Integralização de capital	16						



... continuação

transações eletrônicas para terceiros. Os ativos arrendados são incluídos em "Ativo Imobilizado" e são depreciados ao longo de sua vida útil esperada. **Venda de mercadorias:** A receita decorrente da venda de *Point of Sale* (POS), é apropriada ao resultado quando da efetiva entrega do POS aos estabelecimentos comerciais, ou seja, a obrigação de performance se encerra no momento que o controle do POS é transferido para o cliente. Não há obrigação de desempenho relacionada à garantia dos equipamentos. **2.6. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. Em todas as informações financeiras apresentadas em reais os valores foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.7. Instrumentos financeiros:** (i) Ativos financeiros: **Classificação e mensuração:** A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial dependendo da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuídos à aquisição do ativo financeiro. **Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na rubrica de resultado financeiro no período em que ocorrem. Os principais ativos financeiros com essa classificação são o caixa e equivalentes de caixa. **Ativos mantidos até o vencimento:** São basicamente os ativos financeiros que não podem ser classificados como empréstimos e recebíveis, por serem cotados em um mercado ativo. Nesse caso, esses ativos financeiros são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado, usando o método da taxa de juros efetiva. **Empréstimos e recebíveis:** Incluem-se nesta categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São classificados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço, que são classificados como ativos não circulantes. Os empréstimos e recebíveis da Companhia e suas controladas compreendem as transações a receber dos emissores, contas a receber e outros créditos. (i) **Impairment de ativos financeiros:** A Companhia e suas controladas avaliam no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. O montante da perda por impairment é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por impairment é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia e suas controladas podem mensurar o impairment com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se, em um período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. (ii) **Passivos financeiros:** **Classificação e mensuração:** A administração determina a classificação de seus passivos financeiros no reconhecimento inicial dependendo da finalidade para a qual os passivos financeiros foram adquiridos. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao valor justo, acrescidos, no caso de empréstimos e financiamentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do passivo financeiro. **Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** São classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os passivos dessa categoria são classificados como passivos não circulantes quando liquidados após 12 meses. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na rubrica de resultado financeiro no período em que ocorrem. **Outros passivos financeiros:** Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. Os principais passivos com essa classificação são contas a pagar a estabelecimentos comerciais, empréstimos e debêntures. (iii) **Valor justo:** Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo mediante técnicas de avaliação, a qual considera como referência o uso de operações recentes contratadas com terceiros. Na data do balanço, a Companhia avalia se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável ("impairment"). **2.8. Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. Os equivalentes de caixa da Companhia e suas controladas referem-se, substancialmente, a recursos mantidos em contas correntes bancárias e aplicações financeiras de liquidez imediata. **2.9. Estoques:** Os estoques referem-se, substancialmente, a maquinários de POS e chips de dados e são valorizados ao custo médio de aquisição ou valor líquido de realização, dos dois o menor. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados necessários para a realização da venda. As provisões para itens obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela administração. **2.10. Tributação:** **Impostos sobre vendas e prestação de serviços:** As receitas de prestação de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Impostos e contribuições	Alíquota
Receitas de antecipação de recebíveis e demais receitas financeiras	
Programa de integração social (PIS)	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	4,00%
Demais receitas operacionais	
Programa de integração social (PIS)	1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	7,60%
Imposto sobre serviço (ISS)	2,00%
Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto: • quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem	

recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e • valores a receber e a pagar apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas. As receitas são apresentadas líquidas destes encargos na demonstração do resultado. O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. **Imposto de renda e contribuição social:** A tributação sobre o lucro compreende o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), os quais são contabilizados pelo regime de competência, estão apresentados na demonstração do resultado e foram calculados, conforme legislação em vigor, sobre os lucros tributáveis apurados nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, tendo por base o regime de "lucro real" anual. **2.11. Imobilizado:** Os itens do imobilizado são mensurados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e/ou de qualquer perda não recuperável acumulada, quando aplicável. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. A depreciação é calculada usando o método linear durante a vida útil estimada, por classe de ativo. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em "outras receitas (despesas), líquidas" na demonstração do resultado. **2.12. Intangível:** **Ativos intangíveis adquiridos separadamente:** Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados por seu custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados anualmente, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. **Ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios:** Nas demonstrações contábeis consolidadas, os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios e reconhecidos separadamente do ágio são registrados pelo valor justo na data da aquisição, o qual é equivalente ao seu custo. Em conformidade com o item 19.23 da NBC TG 1000 (R1), após o reconhecimento inicial, a entidade adquirente deve mensurar o ágio por expectativa de rentabilidade futura adquirida em combinação de negócios pelo custo menos amortização acumulada e perda acumulada por redução ao valor recuperável. O ágio registrado pela Companhia possui vida útil indefinida e, portanto, está sendo amortizado pelo prazo máximo de 10 anos. Adicionalmente, a cada período de reporte, a administração realiza o teste em relação ao seu valor de recuperação, no nível da unidade geradora de caixa. **Ativos intangíveis gerados internamente:** Os gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. Quando nenhum ativo intangível gerado internamente puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado, quando incorridos, caso contrário, são capitalizados ao ativo intangível. **2.13. Redução a valor recuperável de ativos:** Anualmente, e quando houver evidência, a Companhia e suas controladas revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda e o valor em uso. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável e a perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. **2.14. Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas têm uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia e suas controladas esperam que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. **Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas:** As provisões para processos judiciais são constituídas para todos os processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **2.15. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** **Julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriam um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. **Estimativas e premissas:** As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício social, são discutidas a seguir: **Tributos:** Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e o valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia e suas controladas constituíram provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia e suas controladas. **Perda por redução a valor recuperável de ativos não financeiros:** A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **2.16. Novos pronunciamentos contábeis:** Não há normas ou interpretações que entraram em vigor em 2021 que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia e suas controladas.

3. Caixa e equivalentes de caixa	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Caixa e depósitos bancários	29	15	14.340	22.833
Aplicações financeiras	-	-	1.028	2.028
	29	15	15.368	24.861

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas controladas

mantêm em seus ativos financeiros aplicações financeiras de liquidez imediata, sem um prazo estabelecido para o resgate, podendo esse ser efetuado a qualquer momento, sem perdas significativas de rendimentos, conforme abaixo evidenciado:

Instituição financeira	Tipo de aplicação	Rendimento	2021	2020
Banco Itaú Unibanco S.A.	CDB	100% CDI	1.028	2.026
Banco do Nordeste do Brasil	CDB	0,99% a.m.	-	2
			1.028	2.028

**4. Títulos e valores mobiliários (Consolidado)**

Instituição financeira	Tipo de aplicação	2021	2020
XP Investimentos (a)	CDB	5.179	-
Tesouro Selic - LFT	Cota do tesouro nacional	25.482	24.383
Cotas de fundos de investimento (b)	Fundo de investimento	31.282	54.950
		61.943	79.333

(a) As aplicações financeiras junto à XP Investimentos estão atreladas a garantias das debêntures, conforme divulgado na Nota 14. (b) As cotas de fundos de investimento estão atreladas a cotas subordinadas do FIDC Acqio 1.5 e possuem rendimento atrelado ao CDI.

**5. Transações a receber dos emissores (Consolidado)**

	2021	2020
Créditos a receber de adquirentes	32.461	27.063
Créditos a receber de bandeiras de cartão	133.680	104.952
	166.141	132.015
Ajuste a valor presente	-	(40)
	166.141	131.975
Circulante	165.791	131.975
Não circulante	350	-

A abertura pelos principais credores é a seguinte:

	2021	2020
Global Payments	4.662	4.365
Cielo	18	980
PagSeguro	27.781	21.718
MasterCard	85.669	58.537
Elo	6.861	6.354
Visa	41.150	40.061
	166.141	132.015

A seguir estão demonstrados os saldos de recebíveis por idade de vencimento:

b) Investimento em controladas:	Esfera 5 Tecnologia e Pagamentos S.A.		Acqio Holding Financeira Ltda. (a)		Acqio Adquirência S.A. (a)		Acqio Pagamentos S.A.	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Ativo circulante	71.930	70.857	138.565	113.587	32	436		
Ativo não circulante	43.526	29.623	58.532	6.821	153	-		
Passivo circulante	65.942	69.828	13.598	109.392	11	274		
Passivo não circulante	9.326	26.536	171.866	455	68	517		
Patrimônio líquido	40.188	4.116	11.633	10.561	106	(355)		
Participação - %	100%	100%	100%	100%	100%	100%		
<b>Valor do investimento</b>	<b>40.188</b>	<b>4.116</b>	<b>11.633</b>	<b>10.561</b>	<b>106</b>	<b>(355)</b>		
Demonstração do resultado								
Receita operacional líquida	119.663	144.302	23.812	11.227	18	-		
Lucro (prejuízo) do exercício	(15.326)	(4.987)	1.072	(4.020)	(596)	(313)		
% de participação	100%	100%	100%	100%	100%	100%		
<b>Resultado da equivalência Patrimonial</b>	<b>(15.326)</b>	<b>(4.987)</b>	<b>1.072</b>	<b>(4.020)</b>	<b>(596)</b>	<b>(313)</b>		

(a) Durante o exercício de 2021, foi constituída a Acqio Holding Financeira S.A., que passou a ser controladora direta da Acqio Adquirência S.A., conforme Nota 2. A partir de então as ações da Acqio Adquirência S.A. pertencentes à Acqio Holding Participações S.A., foram transferidas para a Acqio Holding Financeira S.A. c) **Movimentação dos investimentos:**

	2021	2020
Saldo inicial	25.607	3.713
Aquisição de investimentos	-	-
Recursos para aumento de capital	73	11.285
Integralização de AFAC	(11.285)	-
Aumento de capital em controlada	52.457	19.929
Resultado da equivalência patrimonial	(14.852)	(9.320)
<b>Saldo final</b>	<b>52.000</b>	<b>25.607</b>

Apresentados em: Investimentos 52.000 25.962 Provisão para perda com investimento - (355)

9. Intangível (Consolidado)	2021		2020	
	Taxas de amortização (% a.a.)	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Intangível em uso				
Direito a uso de software	20%	13.080 (5.322)	7.757	9.960
Contratos de franquia	30,8%	916 (916)	-	23
Vida útil indefinida	-	-	-	-
Direito de distribuição	-	3.597	-	3.411
Marcas	-	479	-	479
Ágio por rentabilidade futura (goodwill)	-	4.494 (449)	4.045	4.494
		22.566 (6.687)	15.878	18.367
		- 8.959	- 8.959	257
		31.525 (6.687)	24.838	18.624

A movimentação do ativo intangível encontra-se demonstrada a seguir:

Descrição	Saldo em 2020		Movimentação em 2021		Saldo em 2021	
	Adições	Amortização	Adições	Amortização	Adições	Amortização
Intangível em uso						
Direito a uso de software (a)	9.960	-	(2.202)	7.758		
Contratos de franquia	23	-	(23)	-		
Vida útil indefinida	-	-	-	-		
Direito de distribuição (b)	3.411	186	-	3.597		
Marcas	479	-	-	479		
Ágio por rentabilidade futura (goodwill) (c)	4.494	-	(449)	4.045		
	18.367	186	(2.674)	15.879		
Intangível em andamento	257	8.702	-	8.959		
	18.624	8.888	(2.674)	24.838		

(a) A atividade da controlada Esfera 5 Tecnologia e Pagamentos S.A. pressupõe o contínuo desenvolvimento de novos sistemas e aplicativos visando aumentar o leque de opções para os clientes atuais e novos potenciais, tendo em vista a crescente demanda de mercado por soluções informatizadas para os negócios em geral. Neste contexto, estão em desenvolvimento diversos projetos voltados para sistemas e aplicativos para uso nos POS. Os valores contabilizados no intangível correspondem à parcela do custo do departamento de desenvolvimento de projetos, apurado com base em apontamento de horas dos respectivos colaboradores, e serviços de terceiros. A amortização de cada projeto é realizada a partir do momento em que o ativo estiver disponível para uso pelo prazo médio que a administração acredita que refletirá o período esperado de retorno financeiro dos referidos projetos. (b) Refere-se, substancialmente, a direitos de distribuição dos serviços, carteira de franquias e direitos de explorar a marca "Acqio" em determinadas localidades, adquiridos de antigos franqueados da controlada indireta Acqio Franchising S.A. pela Esfera 5 Tecnologia e Pagamentos S.A. (c) Refere-se ao ágio decorrente da aquisição de controle da controlada indireta Acqio Franchising S.A. **Impairment de intangíveis:** Anualmente a administração da Companhia realiza teste de redução ao valor recuperável (impairment) sobre o goodwill e intangíveis de vida útil indefinida reconhecidos no balanço. As revisões de impairment do ágio e intangíveis de vida útil indefinida são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações

	2021	2020
A vencer		
Entre 1 e 30 dias	103.806	94.097
Entre 31 e 60 dias	17.162	10.440
Entre 61 e 90 dias	11.414	6.943
Acima de 90 dias	33.759	20.535
	166.141	132.015

Em 31 de dezembro de 2021, não existem saldos de transações a receber dos emissores vencidos nem efeitos significativos de ajustes a valor presente sobre esses saldos.

**6. Estoques (Consolidado)**

	2021	2020
Mercadorias para revenda	4.544	5.016
Estoque em poder de terceiros	2.390	1.872
	6.934	6.888
Provisão para perdas nos estoques	(2.320)	(1.893)
	4.614	4.995

A movimentação da provisão para perdas é assim demonstrada:

	2021	2020
Saldo inicial	(1.893)	(989)
Provisões	(427)	(904)
<b>Saldo final</b>	<b>(2.320)</b>	<b>(1.893)</b>

**7. Tributos a recuperar**

	Controladora	Consolidado
	2021	2020
ICMS a recuperar	-	2.782
IRPJ a recuperar	13	2.745
CSLL a recuperar	7	845
ISS a recuperar	-	827
INSS a recuperar	-	908
Outros	74	155
	94	8.262

**8. Investimentos (Controladora) - a) Composição do saldo:**

	2021	2020
Participação no valor contábil do patrimônio líquido		
Esfera 5 Tecnologia e Pagamentos S.A.	40.188	4.116
Acqio Adquirência S.A.	-	10.561
Acqio Holding Financeira Ltda.	11.633	-
Acqio Pagamentos S.A.	106	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	73	11.285
	52.000	25.962
Provisão para perdas com investimentos:		
Acqio Pagamentos S.A.	-	355
	-	355

nas circunstâncias indicarem um possível impairment. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não identificou a necessidade de realizar ajustes frente à recuperabilidade de seus ativos não financeiros. A base utilizada para o teste de redução ao valor recuperável é o valor em uso e, para este efeito, é estimado o fluxo de caixa para um período de 5 anos. O fluxo de caixa foi preparado considerando vários fatores, como: (i) projeções macroeconômicas de taxa de juros, inflação, Produto Interno Bruto - PIB e outros; (ii) comportamento e estimativas de crescimento do mercado; (iii) aumento dos custos, retornos, sinergias e plano de investimentos; (iv) comportamento dos clientes; e (v) taxa de crescimento e ajustes aplicados aos fluxos em perpetuidade. A taxa de desconto utilizada é representada pelo Custo Médio Ponderado de Capital (WACC), que representa o custo mínimo que o acionista estaria disposto a investir em uma empresa de setor similar e foi de 10,66% em 2021 (7,93% em 2020). A adoção dessas estimativas envolve a probabilidade de ocorrência de eventos futuros e a alteração de algum destes fatores poderia ter um resultado diferente. A estimativa do fluxo de caixa é baseada em avaliação preparada internamente, anualmente ou sempre que houver indícios de redução ao seu valor de recuperação, a qual é revisada e aprovada pela Administração.

**10. Fornecedores**

	Controladora	Consolidado
	2021	2020
Ingenio do Brasil Ltda.	-	536
Verifone do Brasil Ltda.	-	410
Outros fornecedores nacionais	21	3.111
	21	3.111

**Ajuste a valor presente:** Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a administração concluiu que não possui nenhuma operação de contas a pagar a fornecedores que gerasse efeito significativo de ajuste a valor presente.

**11**



... continuação

13. Empréstimos (Consolidado)		2021	2020	
Modalidade	Encargos Vencimento			
Capital de giro	9,65% a.a. 01/09/2025	14.101	18.799	
		<b>14.101</b>	<b>18.799</b>	
Circulante		5.321	6.261	
Não circulante		8.780	12.538	
Os montantes não circulantes têm a seguinte composição por ano de vencimento:				
		<b>2021</b>	<b>2020</b>	
2022		—	5.490	
2023		4.722	4.921	
2024		3.587	1.656	
2025		471	471	
		<b>8.780</b>	<b>12.538</b>	
A movimentação dos empréstimos e financiamentos é a seguinte:				
		<b>2021</b>	<b>2020</b>	
Saldo inicial		18.799	221	
Captações		—	19.135	
Juros incorridos		1.825	1.015	
Pagamento de principal		(5.520)	(1.219)	
Pagamento de juros		(1.003)	(353)	
<b>Saldo final</b>		<b>14.101</b>	<b>18.799</b>	
<b>Garantias:</b> Os saldos de empréstimos estão garantidos por avais dos sócios quotistas. <b>14. Debêntures (Controladora)</b>				
Modalidade		Encargos Vencimento	2021	2020
		100% do		
Debêntures públicas	CDI + 6% a.a. 02/03/2024	49.614	—	—
Debêntures privadas	100% do CDI 02/03/2026	6.040	—	—
		<b>55.654</b>		
Deságio sobre o preço de integralização		(3.697)	—	—
Custos de emissão de debêntures		(732)	—	—
		<b>(4.429)</b>		
		<b>51.225</b>		
Circulante		12.637	—	—
Não circulante		38.588	—	—
<b>Debêntures públicas:</b> Em 20 de janeiro de 2021, o Conselho de Administração aprovou a 1ª emissão de debêntures simples da Companhia, não conversíveis em ações, em três séries, da espécie com garantia real, nos termos da Instrução da CVM nº 476. Os recursos totais captados, no montante de R\$ 49.000 serão utilizados para financiar a operação da Companhia e suas controladas. Sobre o saldo do valor nominal unitário das debêntures incidem juros correspondentes à 100% da variação acumulada da Taxa DI, acrescida de sobretaxa de 6% ao ano.				
		<b>Quantidade</b>	<b>Valor unitário</b>	<b>Valor total</b>
1ª série		24.000	1.000,00	24.000
2ª série		5.000	2.000,00	10.000
3ª série		5.000	3.000,00	15.000
		<b>34.000</b>	<b>49.000</b>	
A emissão da 1ª série foi encerrada em 23 de março de 2021, com 24.000 debêntures emitidas com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), totalizando o montante de R\$ 24.000. Em 8 de julho de 2021 ocorreu a emissão da 2ª série da debênture pública. Foram emitidas 5.000 debêntures ao valor unitário de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), totalizando um montante de R\$ 10.000. Em 15 de setembro de 2021 ocorreu a emissão da 3ª série da debênture pública. Foram emitidas 5.000 debêntures ao valor unitário de R\$ 3.000,00 (três mil reais), totalizando um montante de R\$ 15.000. O prazo de pagamento das três séries da 1ª emissão é de 36 meses em 7 parcelas trimestrais sendo o primeiro pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário das debêntures ocorrendo em 2 de setembro de 2022 e o último em 2 de março de 2024. <b>Garantias – debêntures públicas:</b> i. Alienação fiduciária sobre ações ordinárias representativas de: (a) 35% (trinta e cinco por cento) do capital social da Companhia, de titularidade dos Acionistas Aliantes, será constituída previamente à subscrição e integralização das Debêntures da Primeira Série; (b) 42% (quarenta e dois por cento) do capital social da Companhia, de titularidade dos Acionistas Aliantes, será constituída como condição para subscrição e integralização das Debêntures da Segunda Série; e (c) 51% (cinquenta e um por cento) do capital social da Companhia, de titularidade dos Acionistas Aliantes, será constituída como condição para subscrição e integralização das Debêntures da Terceira Série, em todos os casos, juntamente com (ii) cessão fiduciária de todos os direitos econômicos inerentes a tais ações alienadas fiduciariamente, inclusive direitos creditórios decorrentes do pagamento de lucros, juros sobre capital próprio, dividendos, amortizações, reembolso, resgate e/ou quaisquer outros frutos ou rendimentos relativos a tais ações; e ii. Constituição até a Primeira Data de Integralização de: (i) alienação fiduciária sobre a totalidade das cotas subordinadas júniores emitidas pelo FIDC Acqio 1.5 que sejam de titularidade de Acqio Adquirência, juntamente com (ii) cessão fiduciária (a) de todos os direitos econômicos inerentes a tais cotas alienadas fiduciariamente, inclusive direitos creditórios decorrentes de todo e qualquer pagamento oriundo das cotas, incluindo, sem restrições, amortizações, resgates e/ou outros frutos ou rendimentos relativos a tais cotas, os quais serão pagos na Conta Vinculada, e (b) de todos os direitos da Acqio Adquirência contra o Banco Depositário com relação à titularidade Conta Vinculada. <b>Debêntures privadas:</b> Em 20 de janeiro de 2021, o Conselho de Administração aprovou a 2ª emissão de debêntures simples da Companhia, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real, nos termos da Instrução da CVM nº 476. Os recursos totais a serem captados, no montante de R\$ 49.000 serão utilizados para financiar a operação da Companhia e suas controladas. Sobre o saldo do valor nominal unitário das debêntures incidem juros correspondentes à 100% da variação acumulada da Taxa DI. A emissão da série única foi encerrada em 23 de março de 2021 com 2.000 debêntures emitidas com valor nominal unitário de R\$ 3.000,00 (três mil reais), totalizando o montante de R\$ 6.000. Essas debêntures foram integralizadas pelos fundos Fundo de Investimento em Direitos Creditórios XPCE IV e Acquirer Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado com deságio de 83,33% sobre o preço de integralização. Esse deságio ocorreu em função do prêmio adicional a ser capturado ao longo do tempo de duração da debênture. O deságio, no montante de R\$ 5.000, foi contabilizado em conta devedora no passivo está sendo apropriado ao resultado do exercício durante a vigência da operação. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram apropriados R\$ 1.303 ao resultado. O prazo de pagamento da série única é de 60 meses em duas parcelas, sendo (i) primeira parcela, no valor correspondente a 98% (noventa e oito por cento) do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, devida em 2 de março de 2024; e (ii) a segunda parcela, no valor correspondente a 100% (cem por cento) do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, devida na Data de Vencimento, 2 de março de 2026. <b>Garantias – debêntures privadas:</b> A Companhia deverá manter aplicado nos CDBs, da data em que as debêntures públicas da terceira série sejam subscritas e integralizadas até a data de vencimento, o montante mínimo de R\$ 5.000. Os montantes não circulantes têm a seguinte composição por ano de vencimento:				
		<b>2021</b>	<b>2020</b>	
2023		25.979	—	—
2024		6.632	—	—
A partir de 2025		5.977	—	—
		<b>38.588</b>		
A movimentação das debêntures é a seguinte:				
		<b>2021</b>	<b>2020</b>	
Saldo inicial		—	—	—
Captações		55.000	—	—
Deságio na emissão de debêntures privadas		(5.000)	—	—
Juros incorridos		3.371	—	—
Pagamento de juros		(2.717)	—	—
Apropriação do deságio		1.303	—	—
Custos de emissão de debêntures		(1.013)	—	—
Apropriação dos custos de transações		281	—	—
<b>Saldo final</b>		<b>51.225</b>		

**Covenants:** As debêntures estão sujeitas a certas condições restritivas, relacionadas à manutenção de determinados índices financeiros e não financeiros estabelecidos na Escritura de Emissão (covenants financeiros e não financeiros). Dentre os covenants estabelecidos podemos destacar alguns dos principais, que por sua vez, são aplicáveis tanto para as debêntures pública quanto à privada: • O quociente da Divisão da Dívida Financeira Líquida Consolidada da Companhia pelo EBITDA da Companhia, que não poderá ser superior aos múltiplos abaixo; e da Receita Bruta, que não poderá ser inferior aos valores abaixo, para os períodos indicados abaixo:

Período	Dívida financeira líquida consolidada/EBITDA	Receita bruta consolidada
01 de Janeiro de 2021 até 01 de Janeiro de 2022	3,5x	R\$ 160.000
01 de Janeiro de 2022 até 01 de Janeiro de 2023	3,0x	R\$ 200.000
01 de Janeiro de 2023 até 01 de Janeiro de 2024	2,5x	R\$ 290.000

**Covenants não financeiros:** • Disponibilizar relatório anual em sua página na rede mundial de computadores e na página da CVM na rede mundial de computadores e fornecer ao Agente Fiduciário, (i) na data em que ocorrer primeiro entre o decurso de 3 (três) meses contados da data de término de cada exercício social ou a data da efetiva divulgação, cópia das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia auditadas pelo Auditor Independente, relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM, e (ii) na data em que ocorrer primeiro entre o decurso de 45 (quarenta e cinco) dias contados da data de término de cada semestre de seu exercício social (exceto pelo último semestre de seu exercício social) e a data da efetiva divulgação, cópia das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia com revisão limitada pelo Auditor Independente, relativas ao respectivo semestre, preparadas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM (sendo as demonstrações financeiras mencionadas nos itens (i) e (ii) acima, em conjunto, as "Demonstrações Financeiras Consolidadas Auditadas da Companhia"). Até 31 de dezembro de 2021, a Companhia obteve a concordância prévia dos debenturistas quanto ao não cumprimento dos referidos índices requeridos para o exercício corrente.

**15. Tributos a recolher**

	Controladora	Consolidado
	2021	2020
ISS a recolher	—	144
IOF a recolher	38	62
IRRF a recolher	25	30
PIS a recolher	—	174
Cofins a recolher	3	500
Outros impostos e contribuições a recolher	67	429
	<b>66</b>	<b>97</b>
Circulante	66	97
Não circulante	—	467

**16. Obrigação com cotistas seniores (Consolidado)**

	2021	2020
Obrigações a pagar a cotistas seniores	171.393	170.666
	<b>171.393</b>	<b>170.666</b>

Refere-se às obrigações de longo prazo mantidas junto aos cotistas seniores, referentes aos rendimentos de longo prazo aos cotistas por meio do investimento dos recursos do Acqio 1.5 FIDC na aquisição de direitos creditórios elegíveis. O Acqio 1.5 FIDC tem como objetivo proporcionar aos cotistas a valorização de suas cotas, por meio da aplicação dos recursos do fundo preponderantemente na aquisição de direitos creditórios originados no contexto da realização de operações de pagamento no "Sistema Acqio". Em caráter complementar, a valorização das cotas será buscada mediante a aplicação em ativos financeiros conforme definido no regulamento do fundo. Em 2021 o rendimento das cotas senior foi de 6,50% (2020: 3,71%).

**17. Provisão para contingências** – A Companhia e suas controladas são parte, seja no polo ativo ou passivo, em ações judiciais e processos administrativos perante órgãos governamentais. Provisões são constituídas para todas as contingências/obrigação para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não da constituição de provisão para contingências de acordo com a avaliação da probabilidade de perda dos respectivos processos. A Companhia possui processos em andamento, envolvendo causas com risco provável de perda, conforme apresentadas abaixo:

	2021	2020
Cíveis	54	—
Trabalhistas	21	—
	<b>75</b>	

**Movimentação das provisões para contingências:**

	Consolidado
	2021
Saldo inicial	—
Constituição	75
<b>Saldo final</b>	<b>75</b>

A seguir o montante dos processos trabalhistas, tributários e cíveis, avaliados pela assessoria jurídica da Companhia e suas controladas como de perda estimada como possível e respectivos esclarecimentos para os processos mais relevantes:

	Controladora	Consolidado
	2021	2020
Tributárias	—	15.546
Cíveis	1.145	2.408
Trabalhistas	—	3.282
	<b>1.145</b>	<b>21.236</b>

**Tributárias:** Os autos de Infração 15.00114.8.20 (R\$ 4.523) e 15.00080.6.20 (R\$ 9.707) referem-se a autuações por falta de cumprimento formal do envio de informações à Secretaria de Finanças do município de Recife-PE. A referida obrigatoriedade foi revogada pelas alterações promovidas pela Lei Municipal nº 18.867/2021, que conferiu nova redação ao art. 3º da Lei Municipal nº 17.244/2006 e repetiu a redação no art. 6º do Decreto nº 35.290/2022. O referido decreto revogou o regulamento anterior que fundamentou o acórdão proferido no recurso voluntário.

**18. Patrimônio líquido** – a) **Capital social:** Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o capital social totalmente subscrito é de R\$ 104.566 estando o total de R\$ 104.558 integralizado, representado por 2.414.905 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, distribuído da seguinte forma:

fiduciariamente como garantia das referidas debêntures. a) **Destinação dos lucros:** De acordo com o Estatuto Social, o lucro líquido apurado no exercício social terá a seguinte destinação: i. A parcela de 5% será deduzida para a constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social; ii. A parcela correspondente a, no mínimo, 25% do lucro líquido será distribuída aos acionistas como dividendo anual mínimo obrigatório, não cumulativo; e iii. O saldo remanescente, após atendidas as disposições contidas nos itens anteriores, terá a destinação determinada pela assembleia de acionistas. c) **Ágio nas transações de capital:** Em 16 de outubro de 2018, a Companhia adquiriu o restante das ações da sua então controlada Esfera 5 Tecnologia e Pagamentos S.A., passando a deter 100% das ações. Na ocasião, a Companhia pagou R\$ 14.556 por essa participação, enquanto o patrimônio negativo da investida era de R\$ 5.109. Essa operação gerou ágio nas transações de capital entre sócios no montante de R\$ 19.676. Adicionalmente, em 21 de agosto de 2018, a controlada Esfera 5 Tecnologia e Pagamentos S.A. adquiriu o restante das quotas da sua então controlada Acqio Franchising S.A., passando então a deter 100% de suas quotas, pagando R\$ 8.408, por essa participação adicional. Todas essas transações foram reconhecidas como ágio na compra dessas ações/quotas, contabilizado no patrimônio líquido em conformidade com o ICPC 09.

**19. Receitas (Consolidado)**

	2021	2020
Receita de mercadorias vendidas	93	4.039
Receita de locação	2.081	96
Receita de serviços de aquisição e subadiquirência	83.677	133.605
Receita de antecipação	45.752	42.199
Total da receita bruta de vendas	131.603	179.939
Impostos sobre vendas e serviços	(13.322)	(20.108)
Devolução de vendas	(331)	(1.511)
Total das deduções da receita bruta	(13.653)	(21.619)
	<b>117.950</b>	<b>158.320</b>

**20. Custos e despesas por função e natureza**

	Controladora	Consolidado
	2021	2020
Por função:		
Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas	—	(60.885)
Despesas com vendas	(81)	(28.613)
Despesas gerais e administrativas	(3.091)	(2.669)
Outras receitas (despesas), líquidas	(44)	(159)
	<b>(3.216)</b>	<b>(2.828)</b>

	Controladora	Consolidado
	2021	2020
Por natureza:		
Mercadorias para revenda	—	(980)
Custo de operação de aquisição prestados	—	(34.236)
Custo de antecipação	—	(25.669)
Salários e encargos sociais	(2.264)	(29.771)
Comissões sobre vendas	—	(9.064)
Fretes e carretos	—	(1.064)
Despesas com viagens	(88)	(10)
Aluguéis e locações	(88)	(547)
Publicidade e propaganda	(13)	(33)
Manutenção	(30)	—
Mensalidade de softwares	(57)	(4.748)
Depreciação e amortização	(7)	(13)
Serviços prestados por pessoa jurídica	(301)	(1.884)
Provisão para perda ao valor recuperável	—	(4.944)
Outras despesas operacionais, líquidas	(368)	(341)
	<b>(3.216)</b>	<b>(2.828)</b>

**21. Resultado financeiro**

	Controladora	Consolidado
	2021	2020
Receitas financeiras		
Juros ativos	—	1.173
Rendimento de aplicações financeiras	202	255
Descontos obtidos	—	26
Outras receitas financeiras	301	930
	<b>503</b>	<b>1.173</b>
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e debêntures	(4.674)	(6.499)
Encargos de antecipação de direitos creditórios	—	(8.727)
Tarifas e taxas bancárias	(5)	(503)
IOF sobre mútuos	(105)	(36)
Outras despesas financeiras	(396)	(63)
	<b>(5.180)</b>	<b>(99)</b>
	<b>(4.677)</b>	<b>1.074</b>

**22. Instrumentos financeiros** – a) **Instrumentos financeiros:** Os principais instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas são caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, transações a receber dos emissores, partes relacionadas, fornecedores, empréstimos, debêntures e contas a pagar a estabelecimentos comerciais. O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os principais passivos financeiros da Companhia e sua controlada referem-se a empréstimos, debêntures e contas a pagar a estabelecimentos comerciais. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Companhia e suas controladas. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não havia diferença significativa entre os valores contábeis e os de mercado para os instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas. A administração supervisiona a gestão desses riscos. As principais atividades em que se assumem riscos financeiros são regidas por políticas e procedimentos apropriados e os riscos financeiros são identificados, avaliados e gerenciados de acordo com as políticas da Companhia e suas controladas e sua disposição para risco. b) **Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro:** *Gestão de risco de capital:* A Companhia administra seu capital para assegurar que possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estrutura de capital da Companhia é formada pelo patrimônio líquido e pelo endividamento líquido (empréstimos e financiamentos, empréstimos com partes relacionadas, deduzidos pelo caixa e aplicações financeiras de liquidez). O índice de endividamento consolidado no fim do exercício é o seguinte:

	2021	2020
Empréstimos (Nota 13)	(14.101)	(18.799)
Debêntures (Nota 14)	(51.225)	—
Partes relacionadas (Nota 11)	(779)	(997)
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	15.368	24.861

**23. Seguros (Consolidado)** – Em 31 de dezembro de 2021, as apólices da Companhia em vigor retratam as seguintes coberturas:

	2021	2020
Modalidade:		
Responsabilidade civil	30.000	25.000
	<b>30.000</b>	<b>25.000</b>

A administração da Companhia entende que as coberturas de seguros para riscos operacionais e para resguardar seus ativos imobilizados e estoques são considerados suficientes, segundo a opinião de assessores especialistas em seguros, para cobrir eventuais perdas. Adicionalmente, a Companhia possui contratada garantia de pagamento, conforme contrato firmado com Trust Company – Lions Merchant Bank S/A, fixando o valor máximo garantido de R\$ 12.400, às obrigações pecuniárias do cliente/afiançado no que tange a aquisição de 60.000 unidades de máquinas POS modelo C680 CTL5 3G BT wifi.

Títulos e valores mobiliários (Nota 4)

	2021	2020
Caixa líquido (a)	61.943	79.333
	11.205	84.398
<b>Total do patrimônio líquido (b)</b>	<b>(9.659)</b>	<b>(31.954)</b>
<b>Total do capital (a) – (b)</b>	<b>1.546</b>	<b>52.444</b>
Índice de alavancagem financeira – % (a/b)	N/A	N/A

**Risco de crédito:** As políticas de gestão de risco de crédito baseiam-se em critérios de classificação de clientes, análise da evolução da carteira e níveis de inadimplência. Para proteção contra perdas decorrentes de operações de crédito, a administração constitui provisões para perdas de crédito para cada operação, considerando a condição de atraso da operação. O gerenciamento do risco de crédito da Companhia e suas controladas é realizado em conformidade com as melhores práticas da indústria, sendo compatível com a natureza das operações da Companhia e suas controladas e a complexidade de todos os seus produtos e serviços oferecidos. **Risco de liquidez:** A política de gestão do risco de liquidez visa a assegurar que os riscos que afetam a realização das estratégias e de objetivos da Companhia e suas controladas estejam continuamente avaliados. Estabelece ferramentas necessárias para sua gestão em cenários normais ou de crise. O frequente acompanhamento visa mitigar possíveis descasamentos dos prazos, permitindo, se necessário, ações corretivas. A abordagem da Companhia e suas controladas na administração de liquidez é assegurar que sempre tenham recursos suficientes para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, a fim de evitar perdas inaceitáveis ou que resultem em exposição indevida a reputação do Sistema Acqio. **Risco de mercado:** A Companhia e suas controladas empregam uma política conservadora no gerenciamento do risco de mercado, supervisionando e controlando de forma eficaz cada fator, para identificar e quantificar as volatilidades e correlações que venham impactar a dinâmica de preços dos seus itens patrimoniais. A administração constantemente monitora suas exigências de fluxo de caixa operacional e otimização de seu retorno de caixa sobre investimentos. A administração assegura que mantém saldo suficiente para superar sua necessidade de capital de giro operacional. **Risco de taxa de juros:** Trata-se da possibilidade de perda de valor em ativos da Companhia e suas controladas devido a variações na taxa de juros do país. Poderia ocorrer, por exemplo, nas aplicações financeiras mantidas pela Companhia e suas controladas. A Companhia e suas controladas gerenciam o risco de taxa de juros mantendo uma carteira equilibrada entre empréstimos a receber e empréstimos a pagar sujeitos a taxas fixas e variáveis. Para mitigar os riscos, a administração adota como prática diversificar as captações de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós fixadas, analisar permanentemente os riscos de instituições financeiras e, em determinadas circunstâncias, avaliar a necessidade de contratação de operações de instrumentos financeiros derivativos para travar o custo financeiro das operações. Os saldos dos instrumentos financeiros da Companhia expostos às estas variáveis de riscos estão apresentados abaixo:

	2021	2020
Aplicações financeiras Indexadas ao CDI	1.028	2.028
Títulos e valores mobiliários Indexadas ao CDI	61.943	79.333
	<b>62.971</b>	<b>81.361</b>
Debêntures Indexadas ao CDI	51.225	—
	<b>51.225</b>	

A administração entende que o cenário provável é a manutenção na taxa atual de juros de TJLP e incremento de aproximadamente 25% na taxa de juros medida pelo CDI, conforme expectativa de mercado. Os demais fatores de riscos foram considerados irrelevantes para o resultado de instrumentos financeiros. A administração conduziu análise de sensibilidade utilizando o cenário provável, baseado em projeções emitidas pelo Relatório de Mercado Focus divulgado pelo Banco Central e cenários com elevação e queda de 25% e 50% em cada variável de risco considerada, de forma a medir o impacto econômico destes cenários em relação aos indexadores de juros vigente em 31 de dezembro de 2021, conforme quadro a seguir:

Risco	Cenários				
	Provável	+25%	+50%	-25%	-50%
Ativos financeiros:				</	



# Publicidade Legal

... continuação

beis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1)).

**Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

**Processo de captura, processamento e liquidação das transações com bandeiras e adquirentes:** Conforme divulgado na nota explicativa nº 2.5, as principais receitas operacionais da Companhia são decorrentes, principalmente: (i) da captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito e débito, as quais

são apropriadas no resultado da Companhia, líquidas de taxas de repasse às adquirentes, bancos emissores e bandeiras, na data do processamento das transações e (ii) das rendas com as antecipações de recebíveis aos estabelecimentos credenciados, mensuradas pela diferença entre o valor original a pagar e o valor efetivamente antecipado. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de contas a receber de emissores e a receita de serviços de transações de pagamentos e outros serviços totalizaram R\$ 166.141 mil e R\$ 83.677 mil, respectivamente, e a receita por antecipações de obrigações de transações de pagamentos totalizaram R\$ 45.752 mil. Em razão da relevância do processo de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações, bem como dos valores envolvidos, consideramos essa área como principal assunto de auditoria.

**Como nossa auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) confirmação externa dos saldos a receber de adquirentes; (ii) testes de liquidação subsequente para valores transacionados junto às bandeiras de cartão de crédito e débito; (iii) correlação dos valores registrados como receitas ao longo do exercício, com a movimentação do saldo de transações a receber dos emissores e, por fim, com a conversão desses valores no caixa da Companhia e suas controladas; (iv) testes documentais relacionados ao processo de registro e monitoramento dos saldos de balanços patrimoniais e de resultado relacionados às transações incorridas (captura, processamento, pagamentos aos estabelecimentos comerciais de seus recebíveis e do resultado apurado com as antecipações de recebíveis) levando em consideração aspectos de imprevisibilidade em nossa amostragem; (v) testes de valorização do montante da receita a ser reconhecida como um percentual do valor total da transação; e (vi) a avaliação das divulgações nas demonstrações contábeis, incluídas nas notas explicativas nº 5 e 12. Baseado no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o processo de reconhecimento das receitas operacionais, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria, assim como a respectiva divulgação das notas explicativas nº 5 e 12, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

**Ênfase – Deságio na emissão das debêntures:** Chamamos a atenção para a nota explicativa 14 às demonstrações contábeis, que descreve a emissão de debêntures pela Companhia durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Em 23 de março de 2021, foram emitidas 2.000 debêntures privadas de série única cujo valor original, R\$ 6.000 mil, sofreu deságio de 83,33% (ou R\$ 5.000 mil) no momento de sua subscrição. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

**Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A

## Acqio Holding Participações S.A.

diretoria é responsável pela elaboração e adequação apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1)) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Recife, 01 de abril de 2022.

**EY Ernst & Young Auditores Independentes S.S.**  
CRC 2SP 015.199/O-6

**Henrique Piereck de Sá**  
Contador – CRC PE 023.398/O-3

## Aller Participações S.A.

CNPJ/ME nº 07.058.533/0001-73 – NIRE 35.300.317.891

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de março de 2022

**Data, Hora e Local:** Em 28 de março de 2022, às 10 horas, de forma digital, sendo considerada como realizada na sede da Companhia. **Publicação do Edital de Convocação:** Dispensada a publicação do Edital de Convocação, nos termos do artigo 124, § 4º da Lei 6.404/76. **Presença:** Instalou-se a presente Assembleia Geral Extraordinária remotamente, reunindo-se a totalidade dos acionistas, representantes da totalidade do capital social da Companhia. **Composição da Mesa:** Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Constantino de Oliveira Junior, que convidou a mim, Sr. Joaquim Constantino Neto, para secretariar os trabalhos. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre a redução do capital social para o montante de R\$97.449.963,84 (noventa e sete milhões, quatrocentos e quarenta e nove mil, novecentos e sessenta e três reais e oitenta e quatro centavos), posto que o valor subscrito e integralizado de R\$105.516.634,84 (cento e cinco milhões, quinhentos e dezesseis mil, seiscentos e trinta e quatro reais e oitenta e quatro centavos) tornou-se momentaneamente excessivo para consecução dos objetivos sociais. **Deliberações:** Declarada aberta a sessão, o Presidente iniciou os trabalhos informando aos presentes que o capital social da Companhia subscrito em 17 de novembro de 2020, encontra-se totalmente integralizado. Ato contínuo, realizados os esclarecimentos sobre a matéria em pauta, os acionistas, entendendo que o capital social da Companhia tornou-se excessivo para o desenvolvimento das suas atividades e para a consecução de seus objetivos sociais, deliberaram por unanimidade, nos termos do artigo 173 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), a redução do capital social, no montante de R\$8.066.671,00 (oito milhões, sessenta e seis mil, setecentos e setenta e um reais); passando de R\$105.516.634,84 (cento e cinco milhões, quinhentos e dezesseis mil, seiscentos e trinta e quatro reais e oitenta e quatro centavos) para R\$97.449.963,84 (noventa e sete milhões, quatrocentos e quarenta e nove mil, novecentos e sessenta e três reais e oitenta e quatro centavos) sem cancelamento de ações, mantendo-se inalterado o percentual de participação dos acionistas no capital social da Companhia e alterando-se o *caput* do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, para refletir a redução ora proposta, que passará a vigor com a seguinte redação: "Artigo 5º – O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$ R\$97.449.963,84 (noventa e sete milhões, quatrocentos e quarenta e nove mil, novecentos e sessenta e três reais e oitenta e quatro centavos), dividido em 1.438.392 (um milhão, quatrocentos e trinta e oito mil, trezentas e noventa e duas) ações, sem valor nominal, todas ordinárias e nominativas". O pagamento da restituição será realizado em bens, mediante a transferência ao acionista da Companhia, Sr. Constantino de Oliveira Junior, da totalidade das quotas emitidas pela Iller I Administradora de Bens Próprios Ltda, sociedade limitada com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Funchal nº 551, 10º andar, bairro Vila Olímpia, CEP 04551-060, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 43.400.187/0001-23; pela Iller II Administradora de Bens Próprios Ltda, sociedade limitada com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Funchal nº 551, 10º andar, bairro Vila Olímpia, CEP 04551-060, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 43.400.858/0001-56; e pela Iller III Administradora de Bens Próprios Ltda, sociedade limitada com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Funchal nº 551, 10º andar, bairro Vila Olímpia, CEP 04551-060, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 43.400.114/0001-31, avaliadas pelo valor contábil. Ficam os diretores da Companhia autorizados pelos acionistas a tomarem todas as providências necessárias para fazer valer a matéria decidida e aprovada nesta assembleia, inclusive a publicação desta ata em jornal de grande circulação editado na localidade onde está situada a sede da Companhia. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu por encerrado os trabalhos, suspendendo a sessão para que se lavrasse a presente ata, que depois de lida e aprovada em sua integralidade, foi assinada pela totalidade dos acionistas da Companhia, por mim Secretário e pelo Presidente. Assinaturas: Presidente – Constantino de Oliveira Junior; Secretário – Joaquim Constantino Neto. A presente é cópia fiel da ata que se encontra lavrada em livro próprio. São Paulo, 01 de abril de 2022. Assinaturas: Constantino de Oliveira Junior – Presidente; Joaquim Constantino Neto – Secretário. Acionistas presentes: Constantino de Oliveira Junior, Nathally Jullianne Trindade de Oliveira, Anna Luiza Serwy Constantino, Victória Motta Constantino.

## Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

CNPJ/ME nº 09.074.183/0001-64 – NIRE 35.300.346.238 (Companhia Aberta)

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 04 de março de 2022

**Data, Local e Hora:** 04 de março de 2022, às 12:00 horas, por videoconferência, em razão do Decreto nº 69.420/2020 do Estado de São Paulo que restringe atividades empresariais presenciais como medida de contenção da Covid-19. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, tendo em vista a presença de todos os membros do Conselho de Administração da Companhia. **3. Mesa:** Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Carlo Alberto Bottarelli, que escolheu o Sr. José Garcia Neto para secretariá-lo. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre (i) o processo de contratação de empresa para fornecimento de produtos e serviços, tais quais, cimentos asfálticos, asfaltos diluídos, emulsões asfálticas e serviços de fretes que serão utilizados na execução de obras pela Construtora Triunfo S.A. na Rodovia BR-153/SP, em que foi selecionada a empresa **Traçado Construções e Serviços Ltda**, tendo em vista que apresentou o menor preço; (ii) A contratação de fornecedor cuja quantia é superior à alçada da Diretoria da Companhia para a prestação dos serviços mencionados. **5. Deliberações:** Instalada a Reunião, após a análise e discussão das matérias objeto da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração da Companhia deliberaram, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições: **5.1.** Tendo em vista que os valores propostos estão alinhados com os praticados pelo mercado, aprovar a contratação da empresa **Traçado Construções e Serviços Ltda**, para fornecimento de produtos e serviços, tais quais, cimentos asfálticos, asfaltos diluídos, emulsões asfálticas e serviços de fretes que serão utilizados na execução de obras pela Construtora Triunfo S.A. na Rodovia BR-153/SP, tendo em vista que os valores propostos estão alinhados com os praticados pelo mercado, sendo o valor limite de crédito de até **R\$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil)** quando da assinatura do instrumento contratual, sendo renovado automaticamente na medida em que promover o pagamento de negócios jurídicos pretéritos, podendo alcançar o valor estimado/aproximado de R\$ 38.767.894,75 (trinta e oito milhões, setecentos e sessenta e sete mil, oitocentos e noventa e quatro reais e setenta e cinco centavos). **5.2.** Aprovar a realização do contrato cujo valor é superior à alçada da Diretoria da Companhia. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente deu por encerrada a Reunião, da qual se lavrou a presente ata que, uma vez lida, aprovada e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. Lins, 04 de março de 2022. **Carlo Alberto Bottarelli** – Presidente; **João Villar Garcia** – Secretário; **Roberto Solheid da Costa de Carvalho** – Conselheiro; **José Garcia Neto** – Secretário. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 146.837/22-8 em 18/03/2022. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

## Caltabiano Mclarty Participações S.A.

CNPJ/ME nº 07.133.841/0001-16 – NIRE 35.300.319.796

Edital de Convocação – Assembleia Geral Extraordinária

**Caltabiano Mclarty Participações S.A.**, sociedade anônima, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 07.133.841/0001-16, com seus atos constitutivos arquivados perante a JUCESP sob o NIRE 35.300.316.796 ("Companhia"), através de seus Diretores, Sr. **Alessandro Portella Maia** e Sr. **Cícera Gomes Vital Silva**, e nos termos do art. 123 da Lei nº 6.404/76 e da cláusula 11 do Estatuto Social da Companhia, convoca os acionistas da Companhia para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 11 de abril de 2022, às 11:00 horas, na forma virtual, por intermédio da Plataforma Google Meet (conforme link a ser enviado por e-mail para cada um dos acionistas), para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: (i) alteração da cláusula 15 do Estatuto Social, para exclusão da obrigatoriedade dos membros do conselho de administração serem acionistas da Companhia; (ii) alteração do parágrafo segundo da cláusula 17 do Estatuto Social, para modificação do quórum de instalação da reunião do conselho de administração da Companhia; (iii) alteração do *caput* da cláusula 19 do Estatuto Social e, do parágrafo segundo da cláusula 19 do Estatuto Social, para modificação do quórum de aprovação das matérias sujeitas ao conselho de administração; (iv) eleição dos membros do conselho de administração da Companhia; e (v) consolidação do Estatuto Social da Companhia. São Paulo, 1º de abril de 2022. **Caltabiano Mclarty Participações S.A. Alessandro Portella Maia** – Diretor; **Cícera Gomes Vital Silva** – Diretora. (01, 02 e 05/04/2022)

## Moderação externa e ruídos internos chamam Ibovespa à realização de lucros

O comportamento moderado das bolsas europeias e americanas, mesmo com algumas testando alta, puxa o Ibovespa para baixo, fazendo-o devolver parte dos ganhos de 2,09% acumulados na semana passada. Com isso, o índice Bovespa tem dificuldade até mesmo de defender os 121 mil pontos da abertura e de sexta-feira, quando fechou com alta de 1,31%, aos 121.570,15 pontos na sexta-feira.

“A semana passa foi boa, e o pessoal está esperando para ver o que acontecerá em relação a sanções à Rússia”, diz Marcos Olmos, diretor de VC e sócio da VOX Capital. Isso porque há relatos de supostas atrocidades cometidas por tropas da Rússia na Ucrânia.

Isto é Dinheiro

## Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

## Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça um orçamento conosco:

comercial@datamercantil.com.br





**SPE Paulínia Ambiental S.A.**

Em Constituição  
Ata de Assembleia Geral de Constituição da Sociedade por Ações  
Denominada "SPE Paulínia Ambiental S.A."

1. **Data, Hora e Local:** Aos 18/06/2021, às 10 horas, na sede social, na Avenida Orlando Vedovello, 2143, Lote A, Quadra S/D, Parque Represa, Paulínia-SP. 2. **Presença:** reuniram-se em Assembleia Geral de Constituição os subscritores da totalidade do capital social da SPE Paulínia Ambiental S.A., conforme se verificou pelas assinaturas apostas na Lista de Presença, conferida com o Boletim de Subscrição, a saber: (i.) **Estre Ambiental S.A. – Em Recuperação Judicial**, com sede na Rua do Rócio, nº 220, 2º andar, cj. 22, Vila Olímpia, São Paulo-SP, inscrita no CNPJ sob nº 03.147.393/0001-59, com seus atos constitutivos registrados na JUCESP sob NIRE 35.300.329.635, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por seus Diretores (i.i.) **Leopoldo de Bruggen e Silva**, RG nº 6880452 SSP/MG, CPF nº 864.059.266-72, e (i.ii.) **Hamilton Libório Agle**, RG nº 458327069 SSP/BA, CPF nº 580.300.265-87, doravante designada simplesmente "Estre"; e (ii.) **Cavo Serviços e Saneamento S.A. – Em Recuperação Judicial**, com sede na Avenida Orlando Vedovello, nº 2142, Parque da Represa, Paulínia-SP, inscrita no CNPJ sob nº 01.030.942/0001-85, com seus atos constitutivos registrados na JUCESP sob NIRE 35.300.144.520, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por seus Diretores (ii.i.) **Leopoldo de Bruggen e Silva**, acima qualificado, e (ii.ii.) **Hamilton Libório Agle**, acima qualificado, doravante designada simplesmente "Cavo"; 3. **Mesa:** Sr. Hamilton Libório Agle, Presidente e Leopoldo de Bruggen e Silva, Secretário. 4. **Ordem do Dia:** Constituída a mesa e verificadas as condições legais de deliberação, o Sr. Presidente declarou instalada a Assembleia Geral e esclareceu, como era de conhecimento de todos, que a presente tinha como Ordem do Dia: i. deliberar sobre a constituição de uma sociedade por ações, na forma disciplinada pela Lei nº 6.404, de 15.12.1976, tal como alterada de tempos em tempos (a seguir "Lei nº 6.404"), sob a denominação de SPE Paulínia Ambiental S.A., com sede na Cidade de Paulínia, Estado de São Paulo, na Avenida Orlando Vedovello, 2143, Lote A, Quadra S/D, Parque Represa CEP 13144-610 (a "Companhia"); 5.2. **Capital Social:** aprovou o capital social de R\$1.000,00 dividido em 1.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. De acordo com o disposto no artigo 14 da Lei nº 6.404, o preço de emissão das ações em R\$1,00 cada uma foi fixado pelos fundadores. O montante correspondente a 10% do capital social foi integralizado pelos subscritores nesta data, e o restante será integralizado até 31/12/2021, na forma e nos termos do Boletim de Subscrição que integra o Anexo I à presente; 5.3. **Estatuto Social:** aprovou o Estatuto Social da SPE Paulínia Ambiental S.A., que integra o presente como seu Anexo II.; 5.4. **Diretoria:** foram eleitos como membros da Diretoria: **Hamilton Libório Agle**, anteriormente qualificado, para o cargo de **Diretor Presidente**, **Leopoldo de Bruggen e Silva**, anteriormente qualificado, para o cargo de **Diretor Vice-Presidente**. 5.4.1. **Declaração de Desimpedimento.** Os Diretores eleitos declaram, para os devidos fins, que não estão impedidos de exercer a administração da Companhia, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade, nos termos do artigo 147, § 1º, da Lei nº 6.404. 5.4.2. **Posse.** Os membros da Diretoria ora eleitos serão investidos em seu cargo mediante a assinatura do respectivo termo de posse e declaração de desimpedimento, que serão lavrados em livro próprio da Companhia. 5.4.3. **Remuneração.** Os membros da Diretoria não receberão remuneração para o exercício de seus cargos. 5.4.4. **Mandato.** O prazo do mandato será de 2 anos, permitida a reeleição. 6. **Documentos Arquivados na Sede Social:** Estatuto Social da Companhia e Boletim de Subscrição. 7. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e suspensa a assembleia pelo tempo necessário à lavratura desta ata em forma de sumário, no livro próprio, na forma do artigo 130, § 1º, da Lei nº 6.404. Reaberta a sessão, esta ata foi lida e, achada conforme, foi assinada por todos os presentes. Paulínia, 18/06/2021. **Mesa:** **Hamilton Libório Agle** – Presidente; **Leopoldo de Bruggen e Silva** – Secretário. **Acionistas:** **Estre Ambiental S.A. – Em Recuperação Judicial** p. Leopoldo de Bruggen e Silva e Hamilton Libório Agle; **Cavo Serviços e Saneamento S.A. – Em Recuperação Judicial** p. Leopoldo de Bruggen e Silva e Hamilton Libório Agle. **Membros da Diretoria eleitos:** **Hamilton Libório Agle** e **Leopoldo de Bruggen e Silva**. **Visto do Advogado:** Adv. Marcelo Uchôa Leon, OAB/SP nº: 387.427. **Anexo II. "Estatuto Social da SPE Paulínia Ambiental S.A. Capítulo I – Denominação Social, Sede, Objeto e Duração. Artigo 1º.** A SPE Paulínia Ambiental S.A. é uma sociedade por ações constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado e que se regerá pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis (a "Companhia"). **Artigo 2º.** A Companhia tem sede na Cidade de Paulínia, Estado de São Paulo, na Avenida Orlando Vedovello, 2143, Lote A, Quadra S/D, Parque Represa CEP 13144-610 e, mediante deliberação da Diretoria, poderão ser abertas, instaladas, transferidas ou extintas filiais, sucursais, escritórios, agências ou representações em qualquer ponto do território nacional ou do exterior. **Artigo 3º.** A Companhia tem por objeto (i.) o gerenciamento de resíduos não-perigosos de qualquer classe, incluindo, mas não se limitando a estes, os resíduos gasosos, líquidos, semilíquidos e sólidos, sejam eles industriais, comerciais, hospitalares, urbanos ou de qualquer outra natureza; (ii.) a prestação de serviços de gerenciamento e coleta de resíduos não-perigosos de qualquer tipo, incluindo, mas não se limitando a estes, os serviços de investigação, diagnóstico prévio, certificação, gestão de documentação, identificação, segregação, triagem, acondicionamento, manuseio, reciclagem, reaproveitamento, recuperação, transbordo, coleta e transporte de todos e quaisquer tipos de resíduos (sólidos, líquidos e gasosos), armazenagem, tratamento, descontaminação, remediação, limpeza, disposição final, execução de projetos, assessoria e consultoria na área de engenharia; (iii.) o tratamento de qualquer tipo de resíduos e efluentes, incluindo, mas não se limitando, tratamento físico, químico, biológico e/ou térmico, com ou sem mistura prévia, em instalações próprias e/ou de terceiros; (iv.) a implantação, operação e manutenção de empreendimentos ambientais, tais como: aterros sanitários para destinação final de resíduos sólidos domiciliares, industriais e hospitalares; usinas de lixo; incineradores e desinfetadores de quaisquer tipo de lixo; usinas de compostagem de lixo orgânico e industrial (inerte ou não); e centrais de reciclagem e tratamento de resíduos sólidos; (v.) a comercialização de resíduos de qualquer tipo, sucatas, subprodutos, materiais diversos e agregados reciclados de resíduos sólidos da construção civil; (vi.) a prestação de serviços de consultoria ambiental, incluindo, mas não se limitando a estes, preparação de planos de gerenciamento, planos diretores, estudos de mercado, estudos para escolha de tecnologia, relatórios geológicos e hidro-geológicos, desenho integral de instalações de gerenciamento ambiental, atividades de investigação, diagnóstico, análise de risco e projetos detalhados para o gerenciamento de passivos ambientais e áreas impactadas; (vii.) qualquer serviço ou atividade vinculada ao gerenciamento de resíduos de todo tipo e classe e/ou controle ou melhoria de condições ambientais e ecológicas; e (viii.) a execução, no Brasil ou no exterior, de obras públicas ou particulares nos diversos setores da engenharia civil, tais como: edifícios residenciais, comerciais e industriais; terraplanagem, drenagem, pavimentação e obras complementares de sistemas viários, urbanos ou rurais; captação, tratamento, armazenagem e distribuição de água; interceptação, condução e tratamento de esgotos sanitários e industriais. **Artigo 4º.** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II – Capital Social e Ações. Artigo 5º.** O capital social é de R\$1.000,00, dividido em 1.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, sendo que o montante correspondente a 10% do capital social foi integralizado pelos subscritores nesta data, e o restante será integralizado até 31/12/2021. **Artigo 6º.** A cada ação de emissão da Companhia corresponde um voto nas deliberações da Assembleia Geral. **Artigo 7º.** As ações não serão representadas por cautelares ou títulos múltiplos, presumindo-se sua propriedade pela inscrição do nome do acionista no Livro de Registro de Ações Nominativas da Companhia. **Artigo 8º.** A Companhia deverá realizar, no prazo de 15 dias a contar do pedido do acionista, os atos de registro, averbações ou transferências de ações. **Artigo 9º.** Nos casos de reembolso de ações previstos em lei, o valor de reembolso das ações corresponderá ao valor proporcional do patrimônio líquido da Companhia, nos termos do artigo 45 da Lei nº 6.404, de 15.12.1976. **Artigo 10.** É vedado aos acionistas caucionar, ou de qualquer forma empenhar ou onerar suas ações, no todo ou em parte, salvo para garantia de obrigações da própria Companhia. **Artigo 11.** O acionista que desejar ceder ou transferir suas ações ou direitos de subscrição a outros acionistas ou a terceiros, a qualquer título, total ou parcialmente, deverá notificar os demais acionistas da Companhia, por escrito, para que tais acionistas possam, em igualdade de condições e na proporção de suas respectivas participações no capital social, ajustadas pela exclusão da participação do acionista ofertante, exercer o direito de preferência para a aquisição das ações ou direitos de subscrição ofertados. **§ 1º.** A notificação de que trata o caput deste artigo deverá conter a identidade e qualificação do(s) terceiro(s) interessado(s) na aquisição das ações ou direitos de subscrição, o preço oferecido, a forma de pagamento

e os demais termos e condições aplicáveis à oferta. Na hipótese de o terceiro interessado ser pessoa jurídica, a notificação de que trata este Parágrafo deverá conter, ainda, a indicação do respectivo sócio ou acionista controlador, aplicando-se, nesse particular, a definição estabelecida nos artigos 116 e 243, § 2º, da Lei nº 6.404, de 15.12.1976. **§ 2º.** Os acionistas notificados nos termos do Parágrafo anterior poderão exercer o direito de preferência previsto no caput deste artigo no prazo de 30 dias, tratando-se de ações, e de 15 dias, tratando-se de direitos de subscrição, contados, em qualquer caso, do recebimento da referida notificação. **§ 3º.** Na comunicação de que trata o § 1º, o acionista notificado que vier a, por meio dela, manifestar o exercício de seu direito de preferência sobre a quantidade de ações ou direitos de subscrição ofertados que lhe caiba nos termos do Artigo 11, caput, "in fine", supra, deverá declarar, ainda, seu interesse na aquisição de sobras de ações ou direitos de subscrição ofertados, decorrentes do não-exercício do direito de preferência por outros acionistas, indicando a quantidade máxima de sobras que se dispõe a adquirir. Tais sobras, se houver, serão automaticamente alocadas entre os acionistas notificados que houverem manifestado interesse, na proporção de suas respectivas participações no capital social, devidamente ajustada pela exclusão da participação de todos os demais acionistas, e observado o limite do interesse de cada um na aquisição das sobras, restando os acionistas notificados, a partir da declaração do exercício do direito de preferência, irretroatamente obrigados a adquirir as ações ou direitos de subscrição sobre os quais houver recaído sua manifestação, inclusive as sobras, se for o caso. **§ 4º.** Decorrido o prazo a que se refere o § 2º, supra, sem que os acionistas notificados exerçam o seu direito de preferência sobre a totalidade das ações ou direitos de subscrição ofertados, a alienação das ações ou direitos de subscrição remanescentes poderá ser contratada pelo acionista ofertante com o(s) terceiro(s) interessado(s), nos 60 dias subsequentes, nas exatas condições da oferta original. Decorrido esse prazo sem que se efetive a transferência, ou caso sejam alteradas, a qualquer tempo, por negociação ou qualquer outro motivo, quaisquer condições da oferta original, o acionista ofertante, se ainda desejar alienar suas ações ou direitos de subscrição, deverá renovar o procedimento estabelecido neste artigo. **§ 5º.** O direito de preferência previsto neste artigo deverá ser averbado no Livro de Registro de Ações Nominativas da Companhia e será aplicável também em caso de alienação ou transferência de títulos conversíveis em ações ou direitos de subscrição que venham a ser emitidos pela Companhia. Serão nulos e ineficazes perante a Companhia, não podendo ser registrados em seus livros, quaisquer negócios realizados com violação ao direito de preferência disciplinado neste Estatuto Social ou com violação a eventuais outras restrições à circulação das ações da Companhia devidamente averbadas em seus livros. **Capítulo III – Assembleias Gerais. Artigo 12.** A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, nos 4 meses seguintes ao término do exercício social, e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem, guardados os preceitos de direito nas respectivas convocatórias, que serão feitas por qualquer acionista. **Artigo 13.** A Assembleia Geral será instalada e presidida por qualquer dos presentes, indicado por acionista(s) que represente(m) a maioria do capital social. No momento da instalação, o presidente escolherá outro entre os presentes para secretariar os trabalhos da Assembleia Geral. **Artigo 14.** As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas em lei ou neste Estatuto, serão tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco. **§ único.** Apenas poderão exercer o direito de voto na Assembleia Geral, diretamente ou por meio de procuradores, os acionistas titulares de ações ordinárias que estejam registradas em seu nome, no livro próprio, na data de realização da Assembleia. **Capítulo IV – Administração da Companhia. Artigo 15.** A Companhia será administrada por uma Diretoria composta por 2 Diretores, acionistas ou não, todos residentes no país, eleitos pela Assembleia Geral, respeitado o disposto no parágrafo seguinte, sendo um Diretor Presidente e um Diretor Vice-Presidente. **§ 1º.** O mandato dos membros da Diretoria é de 2 anos, mas, qualquer que seja a data de sua eleição, os respectivos mandatos terminarão na data da realização da Assembleia Geral que examinar as contas relativas ao último exercício de suas gestões. Mesmo se vencidos os respectivos mandatos, os Diretores continuarão no exercício de seus cargos até a posse dos novos titulares. Os membros da Diretoria poderão ser reeleitos, inclusive por mais de uma vez. **§ 2º.** A investidura dos Diretores em seus cargos dar-se-á mediante assinatura de termo de posse no livro de atas de reuniões da Assembleia Geral. **§ 3º.** Além dos casos de morte ou renúncia, considerar-se-á vago o cargo do diretor que, sem justa causa, deixar de exercer suas funções por 30 dias consecutivos. **Artigo 16.** A Assembleia Geral da Companhia fixará os honorários da Diretoria, em montante global e anual para cada membro. **Artigo 17.** Além dos que forem necessários à consecução do objeto social e ao regular funcionamento da Companhia, a Diretoria fica investida de poderes para representar a Companhia ativa ou passivamente, em juízo ou fora dele, transigir, renunciar, desistir, firmar compromissos, contrair obrigações, confessar dívidas e fazer acordos, adquirir, alienar e onerar bens móveis e imóveis. **Artigo 18.** Observado o disposto no Artigo 17, acima, a Companhia considerará-se obrigada sempre que representada pela assinatura de um dos membros da Diretoria, ou por um Procurador, respeitadas as regras do § Único, abaixo. **§ único.** Os mandatos outorgados pela Companhia, salvo se contiverem a cláusula "adjudicia et extra", serão outorgados sempre pelos 2 Diretores da Companhia, em conjunto, e terão prazo de vigência determinado, e não admitirão substabelecimento. **Artigo 19.** Em operações estranhas ao objeto social, é vedado aos Diretores ou a qualquer procurador, em nome da Companhia, conceder fianças e avais, contrair obrigações de qualquer natureza, ou ainda praticar quaisquer atos determinados no Artigo 17, salvo se houver prévia e expressa autorização da Assembleia Geral a esse respeito. **§ único.** Os atos praticados com violação deste dispositivo não serão válidos ou eficazes, nem obrigarão a Companhia, respondendo o Diretor ou o procurador infrator pessoalmente pelos efeitos de tais atos e pelas obrigações devedoras. **Capítulo V – Conselho Fiscal. Artigo 20.** O Conselho Fiscal, de caráter não permanente, será composto por 3 membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, residentes no país, com atribuições e nos termos previstos em lei. **§ único.** O Conselho Fiscal somente instalar-se-á e funcionará nos exercícios sociais em que os acionistas reunidos em Assembleia Geral solicitarem o seu funcionamento, observadas as disposições legais, sendo que cada período de funcionamento do Conselho Fiscal terminará na primeira Assembleia Geral Ordinária após sua instalação. A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será determinada pela Assembleia Geral que os eleger, observado o limite mínimo estabelecido no artigo 162, § 3º, da Lei nº 6.404, de 15.12.1976. **Capítulo VI – Exercício Social e Distribuição de Resultados. Artigo 21.** O exercício social terá início em 01 de janeiro e terminará no dia 31 de dezembro de cada ano, ocasião em que serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei. **Artigo 22.** Do resultado do exercício, serão deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda e para a contribuição social sobre o lucro líquido. Do lucro líquido apurado após as deduções previstas neste artigo, serão destinados sucessivamente e nesta ordem: (a.) 5% para a constituição de reserva legal, até que essa atinja o valor correspondente a 20% do capital social, a constituição da reserva legal poderá ser dispensada, ainda, no exercício em que o saldo de tal reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 20% do capital social; e (b.) 25% a título de dividendo mínimo obrigatório devido aos titulares de ações ordinárias, compensáveis com os eventuais dividendos intermediários e/ou intercalares que tenham sido declarados no curso do exercício e o valor líquido dos juros sobre o capital próprio. **§ 1º.** Os dividendos serão pagos, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, no prazo de 60 dias contados da data em que forem declarados e, em qualquer caso, dentro do exercício social. **§ 2º.** O dividendo previsto neste Artigo não será obrigatório no exercício social em que a Diretoria informar não ser ele compatível com a situação financeira da Companhia. O Conselho Fiscal, se em funcionamento, deverá dar parecer sobre essa informação. Os lucros que assim deixarem de ser distribuídos serão registrados como "Reserva Especial" e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos assim que o permitir a situação financeira da Companhia. **Artigo 23.** A Diretoria poderá, em qualquer periodicidade, levantar balanços intermediários e declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços, observadas as restrições legais aplicáveis. **Artigo 24.** A Diretoria poderá declarar dividendos intermediários à conta de "Lucros Acumulados" ou de "Reservas de Lucros" existentes no último balanço anual ou semestral aprovado em Assembleia Geral, bem como poderá determinar o pagamento de juros sobre o capital próprio, imputando-se o valor líquido dos juros pagos ou creditados ao valor do dividendo obrigatório, nos termos do Artigo 22, alínea "b", supra. **Artigo 25.** Prescrevem e reverterão em favor da Companhia os dividendos não reclamados em 03 anos, a contar da data em que tenham sido colocados à disposição dos acionistas. **Capítulo VII – Liquidação da Companhia. Artigo 26.** A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, cabendo à Assembleia Geral determinar o modo de liquidação e nomear o liquidante que deverá atuar nesse período. **Capítulo VIII – Disposições Finais. Artigo 27.** Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser, para dirimir quaisquer divergências oriundas de qualquer interpretação deste estatuto social. **Artigo 28.** Aos casos omissos aplicar-se-ão as disposições da Lei nº 6.404, de 15.12.1976. **Estre Ambiental S.A. – Em Recuperação Judicial** p. Leopoldo de Bruggen e Silva e Hamilton Libório Agle; **Cavo Serviços e Saneamento S.A. – Em Recuperação Judicial** p. Leopoldo de Bruggen e Silva e Hamilton Libório Agle. **Visto do Advogado:** Adv. Marcelo Uchôa Leon, OAB/SP nº: 387.427. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o NIRE 35.300.573.153 em 21/07/2021. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

**DÓLAR**

compra/venda

Câmbio livre BC - R\$

4,6169 / R\$ 4,6175 \*\*

Câmbio livre mercado -

R\$ 4,6070 / R\$ 4,6090 \*

Turismo - R\$ 4,567 / R\$

4,770

(\*) cotação média do mercado

(\*\*) cotação do Banco Central

Variação do câmbio livre

mercado

no dia: -1,22%

**OURO BM&F**

R\$ 285,000

**BOLSAS**

B3 (Ibovespa)

Variação: -0,24%

Pontos: 121.280

Volume financeiro: R\$

21,643 bilhões

Maiores altas: Minerva

ON (3,05%), Carrefour

BRON (2,84%), Marfrig

ON (2,77%)

Maiores baixas: CCR SA

ON (-3,09%), Qualicorp

ON (-2,89%), BRF SA

ON (-2,49%)

S&amp;P 500 (Nova York):

0,81%

Dow Jones (Nova York):

0,30%

Nasdaq (Nova York):

1,90%

CAC 40 (Paris): 0,70%

Dax 30 (Frankfurt):

0,50%

Financial 100 (Londres):

0,28%

Nikkei 225 (Tóquio):

0,25%

Hang Seng (Hong Kong):

2,10%

Shanghai Composite

(Xangai): 0,94%

CSI 300 (Xangai e Shen-

**Ouro fecha em alta, com possibilidade de novas sanções contra Rússia**

O contrato mais líquido do ouro subiu nesta segunda-feira, com investidores monitorando possíveis novas sanções contra a Rússia por países do Ocidente. O mercado aguarda ainda a ata da mais recente reunião monetária do Federal Reserve

(Fed, o banco central norte-americano), a ser divulgada na quarta-feira.

Na Comex, divisão de metais da New York Mercantile Exchange, o ouro com entrega para junho encerrou a sessão em alta de 0,53%, a US\$ 1.929,20 a onça-troy.

Falas sobre possíveis cri-

mes de guerra na Ucrânia e as sinalizações de novas sanções mantêm os fluxos para refúgio de operadores "particularmente fortes", observa o TD Securities.

Em comentários a repórteres, o presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, defendeu mais sanções contra

Rússia e chamou o homólogo russo, Vladimir Putin, de "criminoso de guerra".

Na União Europeia, o presidente do Eurogrupo, Paschal Donohoe, afirmou que o bloco está pronto para aumentar sanções contra Moscou e deve debater o assunto ao longo desta semana.

O ANZ, por sua vez, destaca que os impactos secundários da crise entre Rússia e Ucrânia deve garantir forte apoio ao ouro. "O isolamento mais amplo da Rússia verá uma mudança estrutural no setor de energia, que será inflacionária", afirma o banco australiano.

Isto é Dinheiro





## Negócios

### Primeira missão privada à estação espacial está pronta para lançamento



A Estação Espacial Internacional (ISS) deve ficar mais movimentada do que o habitual nesta semana, quando sua tripulação receberá quatro novos colegas da startup norte-americana Axiom Space, a primeira equipe de astronautas totalmente privada a voar para o posto avançado em órbita.

O lançamento está sendo aclamado pela empresa, pela Administração Nacional da Aeronáutica e Espaço dos Estados Unidos (NASA) e por outros players do setor como um ponto de virada na mais recente expansão de empreendimentos espaciais comerciais chamados coletivamente por especialistas como economia de órbita baixa da Terra, ou “economia LEO”.

Se o tempo permitir, a equipe de quatro homens da Axiom decolará na sexta-fei-

ra do Centro Espacial Kennedy da NASA, na Flórida, em um foguete Falcon 9 fornecido e pilotado pelo empreendimento de lançamento espacial de Elon Musk, SpaceX.

Se tudo der certo, o grupo liderado pelo astronauta aposentado da NASA Michael Lopez-Alegria chegará à estação cerca de 28 horas depois, quando a cápsula Crew Dragon fornecida pela SpaceX atracar na ISS a cerca de 400 km acima da Terra.

Também estão na equipe Ax-1 o investidor-filantropo e ex-piloto de caça israelense Eytan Stibbe, 64, e o empresário e filantropo canadense Mark Pathy, 52, ambos servindo como especialistas em missões.

A equipe levará equipamentos e suprimentos para 26 estudos científicos e tecnológicos a serem realizados antes de saírem da órbita e re-

tornarem à Terra 10 dias após o lançamento.

Embora a estação espacial tenha recebido visitas de civis de tempos em tempos, a missão Ax-1 marcará a primeira equipe comercial de astronautas a usar a ISS para o propósito pretendido como um laboratório em órbita.

Eles compartilharão o espaço de trabalho ao lado de sete tripulantes regulares da ISS – três astronautas americanos, um alemão e três russos.

A Axiom disse que contratou a SpaceX para realizar mais três missões em órbita nos próximos dois anos. A NASA selecionou a Axiom em 2020 para projetar e desenvolver uma nova ala comercial para a estação espacial, que atualmente abrange o tamanho aproximado de um campo de futebol.

### Mercedes-Benz dará férias coletivas de 15 dias para 5,6 mil funcionários em SP e MG

A Mercedes-Benz colocará em férias coletivas cerca de 5 mil trabalhadores de sua fábrica em São Bernardo do Campo (SP) e aplicará a mesma medida para outros 600 em Juiz de Fora (MG) por causa da escassez de componentes para a montagem de caminhões e ônibus, disse a montadora nesta segunda-feira.

O período das férias será de 15 dias, ocorrendo entre 18 de abril e 3 de maio.

“Em razão da crise global de abastecimento de semicondutores, a Mercedes-Benz está ajustando sua produção de caminhões, chassis de ônibus e agregados (câmbios, motores e eixos) na fábrica de São Bernardo do Campo e de cabinas de caminhões em Juiz de Fora”, afirmou a mon-

tadora em nota à imprensa.

A Mercedes-Benz já havia colocado cerca de 1,2 mil trabalhadores em férias coletivas em março por problemas na cadeia de fornecimento de peças, de acordo com o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, que divulgou a inicialmente a medida nesta segunda-feira.

A empresa tem cerca de 9 mil trabalhadores em São Bernardo do Campo, 6 mil deles na produção, afirma o sindicato.

A Mercedes-Benz disse que tem adotado diversas alternativas junto à cadeia brasileira de suprimentos e ao grupo Daimler Truck mundialmente para enfrentar “os desafios diários de abastecimento de peças”, que tem impactado a indústria há meses.

Reuters



Reuters

### Elon Musk assume 9% de participação no Twitter, ações disparam



O bilionário Elon Musk revelou nesta segunda-feira ter uma fatia de 9,2% no Twitter, o que o torna o maior acionista da rede social e causava uma disparada de 25% nas ações da empresa.

Musk, o homem mais rico do mundo, afirmou anteriormente que estava “pensando seriamente” em criar uma nova plataforma de mídia social, enquanto criticava o Twitter pelo que considera falta de compromisso com a liberdade de expressão.

Um documento ao mercado mostrou que Musk possui 73,5 milhões de ações do Twitter, o que avalia sua participação na empresa em até 2,9 bilhões de dólares com base no fechamento das ações na sexta-feira. As ações são detidas pelo Elon Musk

Revocable Trust, do qual ele é o único beneficiário.

Musk, que segundo a Forbes possui um patrimônio de cerca de 300 bilhões de dólares, tem vendido ações de sua montadora de carros elétricos Tesla desde novembro, quando disse que venderia 10% de sua participação na companhia. Ele já vendeu 16,4 bilhões de dólares em ações da montadora desde então.

“Isso manda uma mensagem ao Twitter ... (Musk) ter uma fatia significativa da companhia vai mantê-la de sobreaviso, uma vez que essa participação passiva poderá muito rapidamente se tornar ativa”, disse Thomas Hayes, da Great Hill Capital.

Usuário notório do Twitter, Musk tem mais de 80 milhões de seguidores desde que ingressou na platafor-

ma em 2009 e tem usado a rede social para fazer vários anúncios, incluindo comentários sobre fechar o capital da Tesla, que o fez alvo de escrutínio de autoridades do mercado de capitais norte-americano.

Ultimamente, ele tem criticado a plataforma de mídia social, dizendo que a empresa está minando a democracia ao não aderir aos princípios de liberdade de expressão.

Representantes do Twitter não estavam imediatamente disponíveis para comentar o assunto.

“O investimento de Musk representa uma parcela muito pequena de sua riqueza e uma oferta de compra de toda a empresa não deve ser descartada”, disse o analista Angelo Zino, da CFRA Research.

Reuters

